



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

## JUSTIFICATIVA: ABERTURA DE PROCESSO

O art. 1º, § 1º, do Decreto estadual nº 46.991/2020, afastou expressamente a aplicação das regras ordinárias da fase preparatória das contratações no âmbito do ERJ previstas no Decreto estadual nº 46.642/2019, de modo que não se aplica, consequentemente, o dispositivo referente à estimativa do valor da contratação, a qual, em situação de normalidade institucional, deveria ser feita “mediante consulta às fontes diversificadas de pesquisa”, como reza o art. 20, caput, do Decreto estadual 46.642/2020, bem como a observância aos parâmetros de *pesquisa de preços* do § 1º deste dispositivo.

Vale ressaltar que o caput do art. 4º-E, da Lei federal nº 13.979/2020 prevê que é admitida a apresentação de TR simplificado nas contratações para o enfrentamento do coronavírus, sendo certo que a pesquisa de preços é, apenas, um dos parâmetros previstos nas alíneas do inciso VI.

Se, por um lado, deve haver justificativa específica para a total ausência da estimativa de preço, como impõe o § 2º do referido dispositivo, tal não se confunde com a pesquisa de preços, ou seja, com a hipótese da alínea “e” do inciso VI: “pesquisa realizada com os potenciais fornecedores”.

Nada obstante, o § 2º, do art. 1º, do Decreto estadual nº 46.991/2020, que dispõe sobre as regras de dispensa de licitação para as contratações decorrentes do coronavírus, prevê que a estimativa de preços deverá ser obtida, “sempre que possível”, mediante 3 fontes.

Em que pese, o art. 4º do inciso VI da Lei 13.979/2020, versar sobre como deve ser constituída a estimativa de preços, **o §2º do mesmo artigo dispensa por excepcionalidade a estimativa preços mediante justificativa da autoridade competente**, tendo em vista a necessidade de enfrentamento emergencial que o caso requer, sendo um procedimento compulsório neste quadro atípico, AUTORIZO início dos procedimentos sem a pesquisa de mercado.

**GABRIELL NEVES**

Subsecretário Executivo

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alexandre Lima Leal**, Subsecretário, em



30/03/2020, às 18:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **3984082** e o código CRC **046C16DE**.

---

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 3984082

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

A

SES/SUPLOG, e

SES/CQM,

Conforme orientação e autorização do senhor Subsecretario desta Pasta. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, bem como demais atos relativos a situação em questão, encaminhamos o presente processo objetivando a adoção das medidas necessárias para as aquisições emergenciais, conforme descrição e quantitativos abaixo.

DESCRIÇÃO	UNIDADE
MASCARA DE PROTEÇÃO N95 (95º) FFP2	100.000

Após a elaboração do referido termo, solicitamos que o processo seja enviado ao senhor Subsecretario para conhecimento e autorização do mesmo.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Alexandre Lima Leal, Subsecretário**, em 30/03/2020, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **3984094** e o código CRC **243BD721**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 3984094

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

À SUBEX/SES.

Trata-se da solicitação de aquisição de Máscara N95, para atendimento ao processo SEI-080001/007272/2020 conforme demanda do despacho 3984094.

Considerando a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando o decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando que essa área técnica não restringe a competição das empresas participantes.

Considerando que não há justificativa para alguma especificação do objeto que possa restringir a competição e que a documentação técnica exigida, não restringe a competição.

Considerando que o referido processo, não limita tempo ou época ou local específico.

Encaminhamos Termo de Referência 78/2020 para ciência e autorização e prosseguimento.

#### TERMO DE REFERÊNCIA - 78/2020

##### I. Objeto

Trata-se de aquisição de Máscara N95 para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

##### II. Justificativa

1. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, encaminhamos o presente processo objetivando a compra em caráter emergencial do material abaixo relacionado conforme despacho (3984094).
2. Temos a informar que o item é um bem comum, nos termos da Lei 10520/2002, tendo padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações no mercado.

Item	Especificação	Quantitativo	III. Relação dos materiais, especificações e quantidades planejada.			
01	Máscara N95	100.000	ITEM	CÓDIGO AUTOEST	ID	SIGA
						ESPECIFICAÇÃO
						UNID
			01		4240.005.0019	Máscara de proteção. Respirador semifacial descartável, classe (PFF2/ N 95), modelo dobrável, com filtro de tratamento eletrostático, TNT na parte interna, clip nasal interno em metal revertido de plástico que facilita a vedação e elásticos de látex com regulador. Oferece proteção poeiras, nevoas não oleosa e fumos. Embalado individualmente. uso hospitalar, Embalagem conforme portaria MS e atender a NBR 13698 e 13697.
						100.000 Unidades.
Total de itens: 01						
Requisitante: SUBEX/SES						

##### III. Da avaliação técnica

1. Será exigida da primeira colocada apresentação de AMOSTRAS DOS ITENS na seguinte forma: folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação. A licitante da melhor proposta classificada na fase de lances fica obrigada sob pena de desclassificação, a apresentar imediatamente as Amostras.
2. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com etiquetas conforme modelo abaixo com: marca, fornecedor, tamanho, pregão e numeração do lote e o nome do licitante responsável pelo envio.

**Governo do Estado do Rio de Janeiro**

**Secretaria de Estado de Saúde**

Pregão Eletrônico:

Processo nº E-08/xxxx/aaaa

Item nº 00: (nomear/ ANVISA)

Marca:

Fornecedor:

Tamanho:

3. O fornecedor que for o primeiro colocado em vários itens de um mesmo produto ou lote, deverá apresentar sob pena de desclassificação, as amostras para cada um dos itens por ele arrematados devido à necessidade de serem analisados por serviços diferentes.
4. As amostras deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Licitação, localizada na Rua México, nº 128, 6º andar, sala 605, Centro - RJ, CEP: 20.031-142.
5. A análise das amostras do produto cotado será realizada por profissionais habilitados da área técnica da Superintendência de Qualidade das Unidades de Saúde – SES/RJ, definido pela Coordenação de Qualificação de Material, onde serão avaliados itens como:
  - a. Será verificada a conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
  - b. Será verificada se apresenta descrição no idioma português;
6. O Parecer Técnico a cerca do produto cotado será emitido pela Coordenação de Qualificação de Material após a:
  - c. Verificação da conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
  - d. Verificação e análise da documentação técnica contida no edital;
  - e. Avaliação do produto (folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação) pela área técnica.
7. Caso ainda haja dúvidas na avaliação do produto a Coordenação de Qualificação de Material poderá solicitar mais amostras ao arrematante.
8. A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará a convocação do segundo colocado, adotando-se a mesma metodologia.
9. Todos os materiais listados deverão ser novos, nunca utilizados, sendo proibido o fornecimento de materiais usados ou recondiciona.
10. Considerando a situação de emergência na saúde pública conforme decreto 46.973 de 16 de março de 2020.
11. Considerando que o item é de extrema importância para manutenção dos cuidados aos pacientes internados.
12. Considerando que, excepcionalmente neste período de pandemia pelo COVID 19, a avaliação técnica será realizada por catálogo, sendo assim os itens solicitados devem possuir qualidades, apresentação conforme solicitação do ministério da saúde, eficácia para evitar danos ou traumas aos pacientes atendidos as Unidades da SES.
13. Considerando que o produto apresente defeito de fabricação, dificuldade na utilização da técnica o fornecedor deverá realizar a troca imediatamente ao ser solicitado.

**IV. Da documentação técnica**

1. Será exigida do arrematante de cada item a apresentação de documentos em cópia autenticada, para a Qualificação Técnica conforme abaixo:
  1. Atestado de Capacitação Técnica - ACT (pessoa jurídica), para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
  2. Licença de Funcionamento Sanitário – LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação.
  3. Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE (licitante) expedida pela ANVISA/Ministério da Saúde, compatível com o objeto da Licitação. Se tratando de distribuidora deverá também enviar a autorização de Funcionamento do fabricante do produto ofertado;
  4. Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.
  5. Certificado de C. A (Certificado de Aprovação) conforme Norma Regulamentadora nº6, do Ministério do Trabalho e Emprego.

**V. Considerações para as entregas**

- A. Local de entrega – Coordenação Geral de Armazenagem – Rua Dr. Luiz Palmier nº 762 – Barreto – Niterói. E/ou Unidades a serem definidas pela SES/RJ.
- B. Os produtos terão que possuir no ato da entrega, validade mínima de 85% (oitenta e cinco por cento) do prazo de fabricação. Caso não possuam essa validade o vencedor do certame deverá apresentar carta de compromisso onde se responsabiliza pela troca do produto.
- C. Prazo de entrega imediato, contados da data de assinatura do termo do contrato.

Raquel Baltar

Assistente Técnica da Coordenação de Qualificação de Material

ID 3107177-5

De acordo,

Gustavo Borges da Silva

Superintendente de Logística Suprimento e Patrimônio

ID 5097688-5



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 31/03/2020, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **3995421** e o código CRC **AEF8B632**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 3995421

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Compras e Licitações / SES,

À Coordenação de Compras / SES,

Trata o presente processo sobre a aquisição de Máscara N95 para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

Considerando as especificações dispostas no Termo de Referência Nº 78/2020 (3995421), fica **AUTORIZADO** o início dos procedimentos administrativos visando atendimento ao pleito.

Rio de Janeiro, 31 de Março de 2020.

Gabriell Neves  
Subsecretário Executivo  
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 02/04/2020, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4003197** e o código CRC **F3EE0DAC**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4003197

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



Maicon Paulo &lt;maiconpaulo.ses@gmail.com&gt;

**Solicitação do Processo Nº SEI-080001/007272/2020 - Retificação**

7 mensagens

**Maicon Paulo** <maiconpaulo.ses@gmail.com>  
Para: LICITACAO@medicalhealthrio.com.br

1 de abril de 2020 17:06

Prezado(a), boa tarde.

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, através da Coordenação de Compras, vem solicitar a essa empresa o envio de Proposta Comercial, para fins de estimativa do material, conforme anexo.

Assim, requisitamos a vossa senhoria que responda o e-mail mesmo não havendo interesse na participação.

Atenciosamente,



**Maicon Paulo**  
Analista de Compras

**Secretaria de Saúde**  
Rua México, 128 sala 3001  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20031-142

**55 21 2333-3934**

**PEDIDO DE COTAÇÃO Nº 7272-2020 - retificado.pdf**  
65K

**Maicon Paulo** <maiconpaulo.ses@gmail.com>  
Para: LICITACAO@medicalhealthrio.com.br

1 de abril de 2020 17:10

[Texto das mensagens anteriores oculto]  
Segue também o Termo de Referência.

--



**Maicon Paulo**  
Analista de Compras

**Secretaria de Saúde**  
Rua México, 128 sala 3001  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20031-142

**55 21 2333-3934**

2 anexos

**PEDIDO DE COTAÇÃO Nº 7272-2020 - retificado.pdf**  
65K



 **TERMO DE REFERÊNCIA- PROCESSO 7272-2020.pdf**  
110K

Licitacao Setor <licitacao@medicalhealthrio.com.br>  
Para: Maicon Paulo <maiconpaulo.ses@gmail.com>

2 de abril de 2020 12:15

Boa tarde!

Envio em anexo proposta de preços conforme solicitado.

Atenciosamente,  
Aline Garrido.**Licitação**


☎ (21)2516-1177 | (21)2462-4186  
(21)2143-1060 | (21)2146-4186

✉ licitacao@medicalhealthrio.com.br

Rua Cambaúba, 193 Jardim Guanabara - Ilha do Governador  
Rio de Janeiro - RJ - CEP.: 21940-005

[www.medicalhealthrio.com.br](http://www.medicalhealthrio.com.br)

[Texto das mensagens anteriores oculto]


 **Prefeitura RJ 04.pdf**  
177K

Maicon Paulo <maiconpaulo.ses@gmail.com>  
Para: derlan.maia@saude.rj.gov.br

2 de abril de 2020 12:24

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**Maicon Paulo**  
Analista de Compras**Secretaria de Saúde**  
Rua México, 128 sala 3001  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20031-142**55 21 2333-3934**

 **Prefeitura RJ 04.pdf**  
177K

Maicon Paulo <maiconpaulo.ses@gmail.com>  
Para: Licitacao Setor <licitacao@medicalhealthrio.com.br>

2 de abril de 2020 12:25

Aline,  
Muito obrigado!  
Estarei anexando no processo.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**Maicon Paulo**  
Analista de Compras**Secretaria de Saúde**  
Rua México, 128 sala 3001  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20031-142**55 21 2333-3934**

**Maicon Paulo** <maiconpaulo.ses@gmail.com>  
Para: Licitacao Setor <licitacao@medicalhealthrio.com.br>

2 de abril de 2020 12:32

Aline,

Preciso que seja feita uma retificação na proposta.  
Consta Prefeitura do Rio e deverá ser Governo do Estado.

Secretaria de Saúde  
Governo do Estado  
Coordenação de Compras

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--



**Maicon Paulo**  
Analista de Compras

**Secretaria de Saúde**  
Rua México, 128 sala 3001  
Centro - Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 20031-142

**55 21 2333-3934**

**Licitacao Setor** <licitacao@medicalhealthrio.com.br>  
Para: Maicon Paulo <maiconpaulo.ses@gmail.com>

2 de abril de 2020 13:10

Desculpe...

Segue retificação.

Atenciosamente,

**Licitação**

(21)2516-1177 | (21)2462-4186  
(21)2143-1060 | (21)2146-4186

✉ [licitacao@medicalhealthrio.com.br](mailto:licitacao@medicalhealthrio.com.br)

Rua Cambaúba, 193 Jardim Guanabara - Ilha do Governador  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21940-005

**[www.medicalhealthrio.com.br](http://www.medicalhealthrio.com.br)**

[Texto das mensagens anteriores oculto]



**Estado RJ 03.pdf**  
177K



RIO DE JANEIRO, 02 DE ABRIL DE 2020

A  
Secretaria Estadual de Saúde  
Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Coordenadoria de Tecnologia em Saúde

**Assunto: Proposta de preços**

Prezado Senhor,  
Enviamos abaixo proposta de preços referente ao processo nº SEI-080001/007272/2020.

ITEM	QNTD	UNIDADE	PRODUTO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	100.000	UNID.	MASCARA DE PROTEÇÃO N95 (95%) FFP2 Respirador semifacial descartável, classe (PFF2/ N 95), modelo dobrável, com filtro de tratamento eletrostático, TNT na parte interna, clip nasal interno em metal revertido de plástico que facilita a vedação e elásticos de látex com regulador. Oferece proteção poeiras, nevoas não oleosa e fumos. Embalado individualmente. uso hospitalar, Embalagem conforme portaria MS e atender a NBR 13698 e 13697.	ALLIANCE	R\$ 26,00	R\$ 2.600.000,00

Valor Total da Proposta: R\$ 2.600.000,00  
Valor Total Por Extenso: *Dois Milhões e Seiscentos Mil Reais*  
Validade da Proposta: 10 dias  
Condições de Pagamento: Antecipado  
Prazo de Entrega: **10 dias** - a contar da data de envio da Ordem de Compra

Declaração: Declaramos que nos preços ofertados estão inclusos todos os tributos, taxas, fretes, e qualquer encargo e que estamos de acordo com as normas vigentes para tal aquisição.

Informamos que devido à sazonalidade de estoque dos nossos fornecedores, toda aquisição deve ser consultada antes da emissão da nota de empenho. Só assim podemos garantir fornecimento dos itens citados nesta proposta.

  
MEDICAL HEALTH Comércio e Serviços Ltda

07.133.384/0001-60  
MEDICAL HEALTH  
COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.  
RUA CAMBAUBA, 193  
JARDIM GUANABARA - CEP 21940-005  
RIO DE JANEIRO - RJ



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Logística

Trata-se de aquisição de Máscara N95 para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19, cujo Termo de Referência 3995421 foi elaborado pela Superintendência de Logística, Suprimentos e Patrimônio - Coordenação de Material.

Considerando apontamentos da Subsecretaria Executiva realizados em despacho 3984082, autorizando a tramitação processual sem a pesquisa de mercado.

Visando atender a solicitação a Coordenação de Compras encaminhou o Termo de Referência para empresas do ramo, entretanto, obteve até a presente data apenas 01 (uma) proposta 4038987, da empresa MEDICAL HEALTH.

Desta forma, encaminhamos o administrativo para que seja verificado se a proposta da empresa MEDICAL HEALTH atende as disposições do Termo de Referência.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 02/04/2020, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4038992** e o código CRC **2D47D4A2**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4038992

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142

Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Qualificação de Materiais/ SES

Encaminho o presente solicitando avaliar descritivo enviado na proposta do anexo 4038987 através do despacho da Coordenação de Compras 4038992.

Após avaliação, solicito que seja remetido a Subsecretaria Executiva para autorização da tramitação processual com apenas 01 (uma) proposta, tendo em vista a urgência que o caso requer.

Atenciosamente,

Gustavo Borges da Silva  
Superintendente de Logística, Suprimentos e Patrimônio  
ID: 5097688-5

Rio de Janeiro, 02 de Abril de 2020.

<b>Referência:</b> Processo nº SEI-08/001/0007272/2019	SEI nº
	4040991

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 02/04/2020, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4040991** e o código CRC **6CBA8FB8**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4040991

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

À SUBEX/SES

Trata-se de processo administrativo para aquisição de **Máscara N95**, para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

Considerando a solicitação dos despachos n ° 4038992/4040991 .

Após análise da especificação encaminhada pela empresa MEDICAL HEALTH conforme proposta 4038987, concluímos o que segue:

- Inicialmente atende as especificações solicitadas no descritivo conforme Termo de Referência.

Informamos que a **análise da Coordenação de Qualificação de Material se restringiu às questões técnicas do descritivo**, não tendo sido levada em consideração as questões jurídicas e de economicidade, cabendo essas análises aos setores competentes.

Registramos que ainda não foram apresentadas as documentações técnicas exigidas no Termo de Referência supracitado pertinentes ao fornecedor participante e ao produto cotado.

Raquel Baltar

Assistente Técnica da Coordenação de Qualificação de Material

ID 3107177-5

De acordo,

Gustavo Borges da Silva

Superintendente de Logística Suprimento e Patrimônio

ID 5097688-5

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 02/04/2020, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4043275** e o código CRC **A459DE96**.

---

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4043275

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)





Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Compras e Licitações / SES e  
Coordenação de Compras / SES

AUTORIZO aquisição de **Máscara N95** com uma cotação, conforme justificativa 3984082.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 02/04/2020, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4046593** e o código CRC **431AB96C**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4046593

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)

PAM 0051/2020
 PAM 0053/2020
 PAM 0043/2020
 PAM 0054/2020
 PAM 0055/2020

[Requisição](#)
[Definição de Processos](#)
[Exibição de Processos](#)

Enquadramento Legal gravado com sucesso.



GOVERNO DO  
Rio de Janeiro

## PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/007272/2020

### DADOS GERAIS DO PROCESSO DE COMPRA

#### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670  
 Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro  
 CEP: 20071-001  
 C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

Unidade: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação: 02/04/2020 13:58:53

Criador: DIEGO DA SILVA BARREIRA

Tipo do Processo: PAM

Tipo: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Status: Aguardando Planejamento

Pesquisa de Mercado: 02519/2020

Anexos da Pesquisa de Mercado:

Termo de Justificativa:

Valor Total do Processo: 2.600.000,00

Tipo de Aquisição: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus

Objeto do Processo: Trata-se de aquisição de Máscara N95.

Razão do Pedido: Atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

Enquadramento Legal:

Lei Fed. 13.979/20 art.  
4º - Combate Corona Vírus



Gravar Enquadramento



Requisição - PAM 0051/2020

Anexos:

Item	VI. Cotado	VI.Ref.	Metodologia de Cálculo	Quantidade
1 - RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA, TIPO: SEMI-FACIAL DESCARTAVEL, ANTIALERGICA, INODORA, ATOXICA, CLASSE: PFF2/N95, PROTECAO: VAPORES ORGANICOS, FORMATO: ANATOMICO, MATERIAL: FIBRAS DE CELULOSE/POLIESTER, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA, FILTRO: BIOLOGICO, PRECISAO FILTRAGEM: N/A, FIXACAO: TIRAS ELASTICAS COM CLIPE NASAL Código do Item: 4240.005.0019 (ID - 98132)	R\$ 26,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----	100000 UN
<b>MEDICAL HEALTH COMERCIO SERVIÇOS E IMPORTAÇÃO EIRELI(07.133.384/0001-60)</b> Justificativa: Compra Direta - Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus				
Exibir Local de Entrega				

### ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO

Requisições ↗

Pesquisa de Mercado ↗

### WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador	Pendente	Aprovado	Rejeitado	P/aprovação	Data/Hora
-----------	----------	----------	-----------	-------------	-----------

### CÉLULA DE CRÉDITO

Nenhuma Célula de Crédito foi definida para o Processo.



Retornar








Imprimir



Cancelar



Mapa de Preço

 PAM 0051/2020
  PAM 0053/2020
  PAM 0043/2020
  PAM 0054/2020
  PAM 0055/2020

[Requisição](#)
[Definição de Processos](#)
[Mapa de Preços do Processo](#)

## PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/007272/2020

**Unidade Gestora do Processo:** 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

**Data de Criação do Processo:** 02/04/2020 13:58:53

**Criador do Processo:** DIEGO DA SILVA BARREIRA

**Tipo:** Processo Padrão

**Tipo do Processo:** PAM

**Pesquisa de Mercado:** 02519/2020

**Valor Total:** R\$ 2.600.000,00

O Processo não possui itens de Banco de Preço.

MAPA DE PREÇOS			PESQUISA REALIZADA NO PERÍODO DE: 02/04/2020 até 02/04/2020	
FAMÍLIA : ARTIGOS PROTECAO, SALVAMENTO E SINALIZACAO - EQUIPAMENTOS PARA BUSCA E EQUIPAMENTOS PARA SEGURANCA - RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA				
ITEM : (ESPECIFICAÇÃO)		RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA, TIPO: SEMI-FACIAL DESCARTAVEL, ANTIALERGICA, INODORA, ATOXICA, CLASSE: PFF2/N95, PROTECAO: VAPORES ORGANICOS, FORMATO: ANATOMICO, MATERIAL: FIBRAS DE CELULOSE/POLIESTER, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA, FILTRO: BIOLOGICO, PRECISAO FILTRAGEM: N/A, FIXACAO: TIRAS ELASTICAS COM CLIPE NASAL Cód do Item: 4240.005.0019 (ID - 98132)		
QUANTIDADE:		100000		
UNIDADE DE MEDIDA:		UNIDADE		
VALOR UNITÁRIO: R\$		26,0000		
VALOR TOTAL: R\$		2.600.000,00		
FORNECEDOR		UF	PREÇO UNITÁRIO	MARCA
MEDICAL HEALTH COMERCIO SERVIÇOS E IMPORTAÇÃO EIRELI 🏆		RJ	26,0000	-

 Retornar
  Imprimir



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Orçamento e Finanças

Trata-se de aquisição de Máscara N95 para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19, cujo Termo de Referência 3995421 foi elaborado pela Superintendência de Logística, Suprimentos e Patrimônio - Coordenação de Material.

Considerando apontamentos da Subsecretaria Executiva realizados em despacho 3984082, autorizando a tramitação processual sem a pesquisa de mercado.

Visando atender a solicitação a Coordenação de Compras obteve até a presente data apenas 01 (uma) proposta 4038987, da empresa MEDICAL HEALTH.

Insta salientar que a proposta foi levada até o Setor Requisitante, o qual habilitou tecnicamente a proposta 4043275, sob a alegação de que atende as especificações do Termo de Referência.

Desta forma, encaminhamos o presente processo para que seja realizada a classificação orçamentária.

Por oportuno, solicitamos posterior envio a Coordenação de Contratos para tramitação processual.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 02/04/2020, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4048668** e o código CRC **7FDB2484**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4048668

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

Coordenação de Execução Orçamentária,

Conforme despacho retro da Coordenação de Compras e Licitação (4048668), segue o presente processo para Classificação Orçamentária, com posterior envio a Coordenação de Contratos para tramitação processual.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Frederico Versoça Duboc, Superintendente**, em 02/04/2020, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4049141** e o código CRC **DFF42EC9**.

Referência: Processo nº SEI-08/001/016038/2019

SEI nº 1054970

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)

Requisição Definição de Processos Exibição de Processos



## PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/007272/2020

### DADOS GERAIS DO PROCESSO DE COMPRA

#### GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670  
Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro  
CEP: 20071-001  
C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

**Unidade:** 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

**Data de Criação:** 02/04/2020 13:58:53

**Criador:** DIEGO DA SILVA BARREIRA

**Tipo do Processo:** PAM

**Tipo:** Processo Padrão

**Contrato por Tempo de Serviço:** Não

**Status:** Compra Finalizada

**Pesquisa de Mercado:** 02519/2020

**Anexos da Pesquisa de Mercado:**

**Termo de Justificativa:**

**Valor Total do Processo:** 2.600.000,00

**Justificativa da Aprovação:** A classificação orçamentária em conformidade com a lei do orçamento anual de 2020

**Tipo de Aquisição:** Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate

**Objeto do Processo:** Trata-se de aquisição de Máscara N95.

**Razão do Pedido:** Atendimento dos pacientes com sintomas diagnosticados com COVID 19.

**Enquadramento Legal:**

Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus



Gravar Enquadramento



Requisição - PAM 0051/2020

Item	VI. Cotado	VI.Ref.	Metodologia de Cálculo
1 - RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA, TIPO: SEMI-FACIAL DESCARTAVEL, ANTIALERGICA, INODORA, ATOXICA, CLASSE: PFF2/N95, PROTECAO: VAPORES ORGANICOS, FORMATO: ANATOMICO, MATERIAL: FIBRAS DE CELULOSE/POLIESTER, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA, FILTRO: BIOLOGICO, PRECISAO FILTRAGEM: N/A, FIXACAO: TIRAS ELASTICAS COM CLIPE NASAL <b>Código do Item:</b> 4240.005.0019 (ID - 98132) <b>MEDICAL HEALTH COMERCIO SERVIÇOS E IMPORTAÇÃO EIRELI(07.133.384/0001-60)</b>	R\$ 26,0000 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus)	Pesquisa de Mercado	-----
<b>Justificativa:</b> Compra Direta - Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus			

Exibir Local de Entrega

### ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO

Requisições 1

Pesquisa de Mercado 3

### WORKFLOW DE APROVAÇÃO

**Aprovador** BERENICE LEITE DE SOUZA



Pendente



Aprovado



Rejeitado



P/ aprovação

CÉLULA DE CRÉDITO

Célula de Crédito: PT:2961.10.302.0461.8341ED:3390.30.06FONTE:122

2020 - R\$ 2.600.000,00



Retornar



Imprimir



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Contratos/SES.

Despesa: Aquisição de material de consumo – **Respirador semifacial descartável , classe (PFF2/ N 95). COVID 19** (lt. 01 Qt 100.000 ); - para Rede SES-RJ, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 . Solicitação da Subsecretaria Executiva às (3945299)

Empresa: MEDICAL HEALTH COMERCIO SERVIÇOS E IMPORTAÇÃO EIREL (Contratação: 202000)

**Valor: R\$ 2.600.000,00 (4048632)**

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0461.8341 - ED: 3390.30.06 - FONTE: 122

Rio de Janeiro, de Abril 2020.

Rosângela Ayres de Souza

Coordenação de Execução Orçamentária

ID: 1755584-1



Rio de Janeiro, 02 abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 02/04/2020, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4049397** e o código CRC **6CF305DA**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4049397

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)

**FILTROS APLICADOS:****CPF / CNPJ:** 07133384000160**LIMPAR****Data da consulta:** 03/04/2020 08:12:32**Data da última atualização:** 02/04/2020 18:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

► [Contratação](#) ► [Registro de Ocorrências](#) ► [Registro de Ocorrências dos Fornecedores](#)

► [Lista de Empresas Fornecedoras](#)

MEDICAL HEALTH COMERCIO SERVIÇOS E IMPORTAÇÃO EIRELI (07.133.384/0001-60) ▼ 



Consultar

► [Status do Fornecedor:](#) **Credenciado**

**Não existe histórico de Registro de Ocorrências para esta empresa.**

## Contratação 2020001887 (Ativo)



Unidade Compradora: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE  
 Tipo de Aquisição: Compra Direta / Outras Compras  
 Número da Aquisição: SEI-080001/007272/2020  
 Tipo de Contratação: Material  
 Número da Contratação: fes 2020  
 Data de Vigência: 02/04/2020 a 31/12/2020

Gestores Responsáveis: ADRIANA NERY DA SILVA  
 ALESSANDRA REGINA COUTINHO DE SÁ  
 ALESSANDRA MILÃO PEREIRA DA SILVA  
 ALEXANDRE FONSECA DE AZEVEDO  
 Camila Vichi de Freitas  
 ERICA DANIELE DA SILVA  
 LILIAN CAMPOS  
 MELISSA REIS RIBEIRO  
 Monique Willeman Peçanha de Araujo  
 THAIS DE OLIVEIRA MARQUES  
 VINICIUS GUIMARÃES DE PAIVA

## Empresa Contratada:

MEDICAL HEALTH COMERCIO SERVIÇOS E IMPORTAÇÃO EIRELI  
 CNPJ: 07.133.384/0001-60  
 RUA REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA, 415, GR. 301 RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro  
 CEP: 21931-370

Situação: Ativo

## OBSERVAÇÃO

Nenhuma observação foi incluída.

## PROCESSOS VINCULADOS

Processo	Unidade Gestora	Data de Criação	Data de Modificação	Situação
SEI-080001/007272/2020	296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	02/04/2020		Compra Finalizada

## ITENS

MATERIAL - ARTIGOS PROTECAO, SALVAMENTO E SINALIZACAO - EQUIPAMENTOS PARA BUSCA E EQUIPAMENTOS PARA SEGURANCA - RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA.TIPO: SEMI-FACIAL DESCARTAVEL, ANTIALERGICA, INODORA, ATOXICA, CLASSE: PFF2/N95, PROTECAO: VAPORES ORGANICOS, FORMATO: ANATOMICO, MATERIAL: FIBRAS DE CELULOSE/POLIESTER, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA, FILTRO: BIOLOGICO, PRECISAO FILTRAGEM: N/A, FIXACAO: TIRAS ELASTICAS COM CLIPE NASAL

Código do Item: 4240.005.0019 (ID - 98132)

Unidade	Valor Unitário	Elemento de Despesa	Sub-elemento de Despesa
UN	26,000000	33903000	33903006
Quantidade Original	Quantidade Alterada	Quantidade Programada	Quantidade Recebida
100000	0	100000	0
Saldo a Programar	Saldo Atual	Percentual Alterado	
0	100000	0 %	

## PROGRAMAÇÃO DE ENTREGA

Entrega 1			
Data:	31/12/2020		
Hora:	08:00 até 17:00		
Local da Entrega:	Rua Luiz Palmier 762 Barreto (11,18 km)		
Descrição	RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA.TIPO: SEMI-FACIAL DESCARTAVEL, ANTIALERGICA, INODORA, ATOXICA, CLASSE: PFF2/N95, PROTECAO: VAPORES ORGANICOS, FORMATO: ANATOMICO, MATERIAL: FIBRAS DE CELULOSE/POLIESTER, QUANTIDADE CAMADA: DUPLA, FILTRO: BIOLOGICO, PRECISAO FILTRAGEM: N/A, FIXACAO: TIRAS ELASTICAS COM CLIPE NASAL	Quantidade Programada	Quantidade Recebida
		100000	Não recebido
Código do Item:	4240.005.0019 (ID - 98132)		

## PARECER JURÍDICO

Não existem Pareceres Jurídicos para esta Contratação.

## NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Nenhuma Nota de Autorização de Despesa foi emitida para esta Contratação

## TERMO DE ALTERAÇÃO

Etapas	Data da Alteração	Responsável
Contratação Original - Inicial	02/04/2020	GABRIEL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS

## WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador	Pendente	Aprovado	Rejeitado	P/Aprovação	Data/Hora
(0) GABRIEL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS					02/04/2020:10





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Orçamento e Finanças/SES

Encaminhamos o presente processo após contratação no SIGA.

Ressaltamos que em consulta no SIGA e no cadastro de empresas inidôneas e suspensas (CEIS), até a presente data a empresa não está impedida de contratar.

Maria Luiza Lessa  
Coordenação de Contratos  
ID: 4336438-1

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Lessa, Coordenadora**, em 03/04/2020, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4051502** e o código CRC **37FD800B**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4051502

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Execução Orçamentária,

Conforme despacho da Coordenação de Contrato às fls. retro (4051502), segue o presente para emissão de Nad e Empenho.

**CARLOS FREDERICO DUBOC**

Superintendente de Orçamento e Finanças

ID: 5097645-1

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Frederico Versoça Duboc, Superintendente**, em 03/04/2020, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4068281** e o código CRC **2CE37665**.

Referência: Processo nº SEI-08/001/016641/2019

SEI nº 0928629

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES  
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE

CONFERIDA

01-No. do processo <b>E-08/ 001/007.272/2020</b>	
02-Data <b>03/04/2020</b>	03-Folha
04-Rubrica	

Nota de Autorização de Despesa - NAD - 2020001887000179

Bloco 1 - Dados de Identificação

05 - Especificação da NAD/Evento 1-Empenhamento da Despesa (400091) 2-Reforço de Empenho (400092) <b>1</b> 3-Anulação do empenho (400093) 4-Canc. restos a pagar do exec. imediat. anterior (400094) 5-Canc. restos a pagar de outros exercícios (400097)	06-Categoria de gastos 1-Pessoal e Encargos 2-Juros e Enc. Dívida Interna <b>4</b> 3-Juros e Enc. Dívida Externa 4-Despesas Correntes 5-Investimentos	6-Inversões Financeiras 7-Amort. Dívida Interna 8-Amort. Dívida Externa 9-Out.Desp.Cap.
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------

Bloco 2 - Dados do Órgão

07-Secretaria/Orgão <b>SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES</b>		08-Unidade Orcamentária. <b>2961</b>	09-Adiantamento <b>2</b> 1-Sim 2-Não
10-Unidade Gestora Executora <b>FUNDO ESTADUAL DE SAUDE</b>		11-Unidade Orcamentária <b>FUNDO ESTADUAL DE SAUDE</b>	
12-Programa de trabalho <b>2961.10.302.0461.8341</b>	13-P.tresumido <b>298341</b>	14-Fonte detalhada <b>00</b>	15-Nat. despesa <b>33903006</b>
16-Tipo de crédito <b>1</b> 1-Orçamento Geral e Suplementar 2-Especial 3-Extraordinário	17-Domicílio bancário Banco <b>237</b>	Agência <b>6898-5</b>	Conta corrente <b>2720-0</b>

Bloco 3 - Dados de Identificação do Favorecido

18-Nome <b>MEDICAL HEALTH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP</b>			
19-Endereço <b>RUA CAMBAUBA, 193 - ILHA DO GOVERNADOR</b>		20-Domicílio bancário Banco <b>237</b>	
21-Cidade <b>RIO DE JANEIRO</b>		22-Estado <b>RJ</b>	23-CEP <b>21940005</b>
24-Código <b>1</b> 1 - CNPJ 3 - INSCR.GENÉRICA 2 - CPF 4 - UG/GESTÃO	25-Número <b>07.133.384/0001-60</b>	26-Insc. estadual	27-Insc.municipal

Bloco 4 - Dados para Emissão de Empenho/Anulação

28-Espécie <b>3</b> 1-Ordinário 3-Estimativo 5-Global	29-Valor <b>2.600.000,00</b>
30-Valor por extenso <b>DOIS MILHOES, SEISCENTOS MIL REAIS</b>	
31-Descrição da despesa <b>CONTRATO 033/2020 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - RESPIRADOR SEMIFACIAL DESCARTÁVEL, CLASSE (PFF2/ N 95). COVID 19 (IT. 01 QT 100.000); - PARA REDE SES-RJ, COM BASE NA LEIº 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020, ARTIGO 4º, E AINDA O DECRETO Nº 46.966 DE 11 DE MARÇO DE 2020. SOLICITAÇÃO DA SUBSECRETARIA EXECUTIVA ÀS (3945299)</b>	

Bloco 5 - Cronograma de desembolso

Janeiro	0,00	Maio	0,00	Setembro	0,00
Fevereiro	0,00	Junho	0,00	Outubro	0,00
Março	0,00	Julho	0,00	Novembro	0,00
Abril	2.600.000,00	Agosto	0,00	Dezembro	0,00

Bloco 6 - Dados da Licitação

32-Tipo <b>5</b> 0-Pregão Presencial 1-Concurso 2-Convite 3-Tomada de preços	4-Concorrência 5-Dispensa 6-Inexigível 7-Não aplicável	8-Sup. Fundos 9-Pregão Eletrônico 10-Ad.Reg.Preço Int Pregão 11-Ad.Reg.Preço Int.Concorrência	12-Ad.Reg.Preço Ext.Pregão 13-Ad.Reg.Preço Ext.Concorrência	33-Data de abertura	34-Número	35-Contrato formal <b>1</b> 1-Sim 2-Não
36-Base legal <b>LEI FEDERAL NO. 8.666/1993</b>						

Bloco 7 - Autenticações

37-EMISSION <b>CAMILA VICHI DE FREITAS ASSISTENTE ADMINISTRATIVO</b>	38-Ato de delegação	39-Matricula <b>049954</b>	40-Data
41-ORDENADOR <b>GABRIEL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS SUBSECRETARIO EXECUTIVO</b>	42-Ato de delegação <b>RESOLUÇÃO SES1986/2020</b>	43-Matricula <b>5010163-3</b>	44-Data
45-RATIFICADOR	46-Ato de delegação	47-Matricula	48-Data

PORTARIA CG Nº. 15 DE 18 DE DEZEMBRO/98



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**,  
**Subsecretário**, em 04/04/2020, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento  
nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site  
[http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador  
**4069672** e o código CRC **2F21CF38**.





## Nota de Empenho

Encerrado até Fevereiro

Identificação		
<b>Unidade Gestora</b>	<b>Número do Documento</b>	<b>Data de Emissão</b>
296100 - FES	2020NE02531	03/04/20
<b>Credor</b>	<b>Valor</b>	
07133384000160 - MEDICAL HEALTH COMERCIO E SERVICO LTDA-EPP	2.600.000,00 (Dois milhões e seiscentos mil de reais)	
<b>Tipo de Empenho</b>	<b>NE Original</b>	

Classificação		
<b>Natureza</b>	339030 - Material de Consumo	
<b>Unidade Orçamentária</b>	29610 - Fundo Estadual de Saúde	F
<b>Programa de trabalho</b>	10.302. 0461. 8341 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar	
<b>Id. uso</b>	0 - Não destinado à contrapartida	
<b>Fonte</b>	100 - Ordinários Provenientes de Impostos	
<b>Tipo de Detalhamento de Fonte</b>	0 - Sem Detalhamento	
<b>Detalhamento de Fonte</b>	000000 - Sem detalhamento	
<b>Tipo de Área Geográfica</b>	2 - ESTADO	
<b>Área Geográfica</b>	3300000 - ESTADO	
<b>Plano Interno</b>	000000000000 - Plano Interno nao identificado	
<b>Unidade Gestora Responsável</b>	000000 - UG não identificada	
<b>LME</b>	03 - Manutenção, atividades e projetos finalísticos	
<b>Convênio de Receita</b>	000000 - Convênio não identificado	
<b>Convênio de Despesa</b>	000000 - Convênio não identificado	
<b>Contrato</b>	20000551 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO RESPIRADOR SEMIFACIAL DESCARTÁVEL COVID 19.	
<b>Programa de Financiamento Externo/Interno</b>	0 - Indefinido	
<b>Chave SIGA</b>	2020001887000179	

Detalhamento		
<b>Modalidade do empenho</b>	Estimativo	<b>Modalidade de Licitação</b>
		05 - Dispensa
<b>Origem de Material</b>	1 - Origem nacional	<b>Embasamento Legal</b>
		art 24º
<b>Processo</b>	SEI-0800017272/20	<b>Data de Entrega</b>
		UF
		Rio de Janeiro
		<b>Local de Entrega</b>
		Município
		Rio de Janeiro

Itens			
<b>Tipo Patrimonial</b>	<b>Sub-item da Despesa</b>	<b>Classificação Complementar</b>	<b>Valor</b>
Material de Consumo	06 - MATERIAL LABORATORIAL /MATERIAL HOSPITALAR		2.600.000,00

Cronograma			
<b>Abril</b>	2.600.000,00		
Saldo Dotação			
<b>Crédito disponível Antes NE</b>	<b>Crédito indisponível Antes NE</b>	<b>Valor do Empenho</b>	<b>Saldo Após Empenho</b>
240.544.959,72	0,00	0,00	237.944.959,72

Observação	
Contrato 033/2020 - Aquisição de material de consumo - Respirador semifacial descartável , classe (PFF2/ N 95). COVID 19 (It. 01 Qt 100.000 ); - para Rede SES-RJ, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 . Solicitação da Subsecretaria Executiva às (3945299)	

Produtos				
<b>Produto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Und. Fornec.</b>	<b>Preço Unitário</b>	<b>Preço Total</b>
Emitido/contabilizado por TAYNÁ ALESSANDRA F. DE ALENCAR ROSA SIMÕES em 03/04/20 às 19:02. Impresso por TAYNÁ ALESSANDRA F. DE ALENCAR ROSA SIMÕES em 03/04/20 às 19:03.				

**Identificação**

<b>Unidade Gestora</b>	<b>Número do Documento</b>	<b>Data de Emissão</b>
296100 - FES	2020NE02531	03/04/20
<b>Credor</b>	<b>Valor</b>	
07133384000160 - MEDICAL HEALTH COMERCIO E SERVICO LTDA-EPP	2.600.000,00 (Dois milhões e seiscentos mil de reais)	
<b>Tipo de Empenho</b>	<b>NE Original</b>	

Aquisição de material de consumo 1 UN 2.600.000,00 2.600.000,00

**Descrição:** Contrato 033/2020 - Aquisição de material de consumo - Respirador semifacial descartável , classe (PFF2/ N 95). COVID 19 (lt. 01 Qt 100.000 ); - para Rede SES-RJ, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 . Solicitação da Subsecretaria Executiva às (3945299)



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva/SES.

C/v: A Coordenação de Contratos

Após a emissão da NAD 0179 e Nota de Empenho nº 2531, informamos.

Despesa: Contrato 033/2020 - Aquisição de material de consumo – **Respirador semifacial descartável, classe (PFF2/ N 95). COVID 19 (It. 01 Qt 100.000 )**; - para Rede SES-RJ, com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. Solicitação da Subsecretaria Executiva às (3945299)

Empresa: MEDICAL HEALTH COMERCIO SERVIÇOS E IMPORTAÇÃO EIREL (Contratação: 2020001887)

**Valor: R\$ 2.600.000,00 (4048632)**

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0461.8341 - ED: 3390.30.06 - FONTE: 100

Rio de Janeiro, de Abril 2020.

Rosângela Ayres de Souza

Coordenação de Execução Orçamentária

ID: 1755584-1

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 03/04/2020, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).

SEI



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador 4069690 e o código CRC C3FBB3A0.

---

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4069690

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À ASSESSORIA DE CONTABILIDADE/SES,

Autorizo a despesa descrita na NADs nº NI 0179, documento(4069672), referente ao Contrato 033/2020 - Aquisição de material de consumo – **Respirador semifacial descartável , classe** (PFF2/ N 95). COVID 19 (It. 01 Qt 100.000 ); - para Rede SES-RJ, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 . Solicitação da Subsecretaria Executiva às (3945299).

Desse modo, segue para liquidação e certificação da despesa, caso a instrução permita, com posterior envio a Coordenação de Execução Financeira para emissão da programação de desembolso e pagamento.

Gabriell Neves  
Subsecretário Executivo  
ID: 5010163-3

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**, **Subsecretário**, em 04/04/2020, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4071013** e o código CRC **0FFC4D5F**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4071013

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva / SES

Visando preservar o Ordenador de Despesa e evitar a liquidação da despesa em duplicidade, encaminhamos o presente **processo administrativo** em devolução.

Everaldo Cruz

Coordenador da Assessoria de Contabilidade - SES

ID. 2035122-4

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Everaldo antonio da silva cruz, Coordenador**, em 06/04/2020, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4075648** e o código CRC **2D1B6431**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4075648

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Contratos/SES,

Encaminhamos o presente processo para conhecimento da Classificação Orçamentária da despesa.

Rio de Janeiro, 07 de Abril de 2020.

Luis César Dias  
Assessor - Subsecretaria Executiva  
ID: 5093512-7



Documento assinado eletronicamente por **Luis Cesar Dias, Assessor**, em 07/04/2020, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4102686** e o código CRC **047096C0**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4102686

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)

À Douta Procuradoria,

Em razão da pandemia de COVID-19 houve a edição de decretos estaduais visando à adequação dos normativos relativos às contratações que se fizeram emergentes como decorrência das necessidades de criação de leitos hospitalares e aquisição de materiais médicos para atendimento à população.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Saúde, por meio da Subsecretaria Executiva, requisitou a contratação dos materiais, insumos e produtos para atendimento às necessidades aludidas acima. Outrossim, fizemos anexar, para sua pronta análise, planilhas discriminadas dos eventuais vícios e indicadores que mencionaremos a seguir.

Assim sendo, com a deflagração dos procedimentos visando às contratações, observou-se haver indicadores e “red flags”, conforme aludido acima, de eventuais dissonâncias com os normativos regentes da matéria, entre os quais, apenas para pronta referência, citamos o decreto estadual 46.745 de 22 de agosto de 2019.

Entre os indicadores mencionados podemos citar, como exemplo, nos contratos de EPI, o fato de haver empenho, pagamento, assinatura de contrato, mas não haver sido o contrato regularmente publicado. Abaixo segue pequeno recorte demonstrativo do que abordamos aqui.

PROCESSO	OBJETO	UNIDADE	QUANT.	CONTRATO	EMPRESA	VALOR UNIT.	VALOR CONTRATADO	EMPENHADO (R\$)	QNT ENTREGUE	VALOR EFETIVAMENTE PAGO	FONTE DE PAGAMENTO	CONTRATO PUBLICADO	CONTRATO ASSINADO	CONTRATO NADA	COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	AVENTAL GRAMATURA 25	UNID	600.000	007/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 4,40	R\$ 2.640.000,00	R\$ 2.640.000,00	0	R\$ 9.996,00	100	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	GORRO HOSPITALAR	UNID	6.000.000	007/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 0,12	R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00	249900	R\$ 9.996,00	100	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	LUVA TAMANHO G	CX 100	540.000	009/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 27,30	R\$ 14.742.000,00	R\$ 14.742.000,00	34140	R\$ 1.430.456,30	122	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES

No caso aqui tratado (EPI) o indicador de eventual vício cingiu-se à falta de regular publicação.

No caso dos procedimentos visando à compra de testes da COVID-19 os indicadores são a falta de ampla pesquisa de preços no mercado não havendo sequer número mínimo de cotações, pagamentos sem a entrega do material adquirido (sem justificativa para a quebra do sinalagma contratual) falta de regular publicação e, inclusive, omissão de assinatura do contratante (Estado).

No que tange aos procedimentos visando à compra de medicamentos observamos, como indicadores, os mesmos problemas mencionados no caso dos procedimentos visando à compra de EPI qual seja, a falta de sua regular publicação.

Já no que se refere aos procedimentos de compra de materiais diversos, tais como oxímetro e seringas os procedimentos restaram apócrifos, à exceção de dois procedimentos que ainda estavam em tratativas. Um desses, apesar de não haver sido assinado gerou a entrega de materiais não havendo comprovação, até a presente data, da efetivação do pagamento em contrapartida.



Em relação aos procedimentos visando à compra de ventiladores e respiradores pulmonares apontamos os seguintes indicadores: Falta de ampla pesquisa de preços não havendo número mínimo de cotações, falta de assinatura contratual do contratante (Estado) além de haver contrato sem regular publicação e encaminhamento de contrato a potencial contratada sem que tenha havido resposta quanto à proposta.

Diante do contexto abordado acima, requeremos sua análise, mediante emissão de parecer jurídico conclusivo, quanto aos seguintes pontos:

- 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças;
- 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?;
- 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?;
- 4) No caso dos vícios apontados (“red flags” e indicadores) é possível sua convalidação?
- 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar?
- 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?;
- 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do sancionamento?
- 8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?;



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Jurídica / SES

Trata-se de processo administrativo para contratação de empresa para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), para atendimento aos pacientes acometidos de COVID-19.

Encaminhamos o presente processo para análise e parecer conclusivo, quanto aos pontos descritos no Doc. SEI 4348997, considerando as seguintes informações:

- Termo de Referência (3995421);
- Pesquisa de Mercado (4038987);
- Documentação de Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal da empresa (4051482);
- Nota de Empenho (4069689).

Subsecretaria Executiva

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Ozana Gomes, Superintendente**, em 27/04/2020, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4349030** e o código CRC **72EA1B7F**.

Zimbra

maria.luiza@saude.rj.gov.br

**Fwd: ENVIO DAS DOCUMENTAÇÕES DE REGULARIDADE FISCAL - PROC. SEI-080001/007272/2020 - MASCARAS - COVID 19**

**De :** maria luiza <maria.luiza@saude.rj.gov.br>

seg, 06 de abr de 2020 17:05

**Assunto :** Fwd: ENVIO DAS DOCUMENTAÇÕES DE REGULARIDADE FISCAL - PROC. SEI-080001/007272/2020 - MASCARAS - COVID 19

**Para :** ozana.gomes <ozana.gomes@saude.rj.gov.br>, derlan.maia <derlan.maia@saude.rj.gov.br>

**Cc :** vinicius paiva <vinicius.paiva@saude.rj.gov.br>, gustavo.borges <gustavo.borges@saude.rj.gov.br>

As imagens externas não são exibidas. [Exibir as imagens abaixo](#)

Boa tarde,

Encaminho o presente para ciência e providências pertinentes.

Atenciosamente,

Maria Luiza

**De:** "Licitação Setor" <licitacao@medicalhealthrio.com.br>

**Para:** "alessandra sa" <alessandra.sa@saude.rj.gov.br>

**Cc:** "Contratos SESRJ" <contratos@saude.rj.gov.br>

**Enviadas:** Segunda-feira, 6 de abril de 2020 16:52:36

**Assunto:** Re: ENVIO DAS DOCUMENTAÇÕES DE REGULARIDADE FISCAL - PROC. SEI-080001/007272/2020 - MASCARAS - COVID 19

Boa tarde!

Devido às instabilidades do fornecimento devido à alta demanda, não conseguiremos atender esta solicitação.

Atenciosamente,

Aline Garrido.



Em sex., 3 de abr. de 2020 às 11:52, <alessandra.sa@saude.rj.gov.br> escreveu:

Prezados, bom dia

Tendo em vista que para formalização do processo Emergencial para aquisição de **Mascaras**, para realizar atendimento dos pacientes diagnosticados com COVID 19, é necessário o envio das documentações atualizadas conforme abaixo:

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores.
- Cópia dos documentos dos sócios (PROCURAÇÕES)
- Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)
- Prova de Regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio de Certidão de regularidade de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal / Certidão Negativa da

Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com base na Portaria Conjunta RFB nº 1.751, de 02/10/2014.

- Certidão Negativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda. (ICMS)
- Certidão Negativa de Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda. (ISS)
- Certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.(PGE)
- Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)
- Certidões Negativas de Falências e Concordatas, expedidas pelos Distribuidores da Sede.
- Declaração da Empresa de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16(dezesseis) anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.
- Declaração de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada.
- Dados bancários (BANCO BRADESCO)

Qualquer duvida ou esclarecimento que se faça necessário estarei a disposição.

Att,

Alessandra de Sá  
Analista de Contratos

Coordenação de Contratos - CT  
Superintendência de Compras e Licitações - SCL  
Secretaria de Estado de Saúde - SES/RJ  
Rua México, 128 - 6º andar, sala 605 -Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20031-142  
Tel: (21) 2333-3951 / (21) 2333-3921  
E-mail:[alessandra.sa@saude.rj.gov.br](mailto:alessandra.sa@saude.rj.gov.br)



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Jurídica

**À Subsecretaria Executiva**

Segue o Parecer Conjunto nº 027/2020 - SES/SJ/AJ/FMF/DT (4772088).

DANIELLE TUFANI ALONSO Procuradora do Estado do Rio de Janeiro Assessora-Chefe da Secretaria de Estado de Saúde ID Funcional nº 42666112	FELIPE DE MELO FONTE Procurador do Estado do Rio de Janeiro Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde ID Funcional nº 4334827-0
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **danielle tufani alonso, Assessora Chefe**, em 19/05/2020, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **felipe de melo fonte, Procurador**, em 20/05/2020, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4771994** e o código CRC **C65C62D4**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4771994

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



Parecer Conjunto nº 027/2020 - SES/SJ/AJ/FMF/DT  
PROCESSO Nº SEI-080001/007272/2020

**CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA. ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS - COVID-19. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. REQUISITOS DOS ARTIGOS 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F E 4º-H, TODOS DA LEI FEDERAL Nº 13.979/20. DECRETOS ESTADUAIS NºS 46.991/20 E 46.966/20. ENUNCIADO Nº 18 E 39 DA PGE-RJ. ARTIGO 22, CAPUT E §1º, DA LINDB. CONSIDERAÇÕES.**

**1. Da consulta**

Cuida-se de expediente encaminhado à Assessoria Jurídica – ASJUR para análise e parecer sobre a minuta de contrato para a aquisição de material de consumo - cento e cinquenta mil unidades de máscara N95, no valor total de **R\$ 2.600.000,00** (dois milhões e seiscentos mil reais), visando ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2019-nCoV) e reconhecida Lei nº 13.979/20 e pelo Decreto Estadual nº 46.966/20.

No presente processo constam os seguintes documentos: a) termo de referência (3995421); b) manifestação do subsecretário executivo autorizando o prosseguimento do feito (4003197); c) cotação apresentada pela empresa Medical Health (4038987); d) esclarecimento da Coordenação de compras informando que só obteve um preço (4038992); e) manifestação do Superintendente de Logística Suprimento e Patrimônio afirmando que a proposta apresentada atende as disposições do Termo de Referência (4043275); f) documento SIGA informando a seleção Medical Health para o fornecimento dos medicamentos (4048632); g) classificação orçamentária (4049397); h) registro de ocorrências (4051482); i) contrato SIGA (4051488); j) nota de autorização de despesa (4069672); l) nota de empenho original (4069689);

**É o relatório.**

Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Jurídica  
Rua México, nº 128 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro / RJ – Brasil – CEP. 20.031-143  
Tel: 55 (21) 2333-3702  
[www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)

## 2. Registros preliminares

A análise toma por base os elementos constantes neste processo até a presente data. À luz do que dispõem os artigos 132, da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>, e 2º, IV, da Lei Complementar nº 15/80<sup>2</sup>, Lei nº 5414/2009<sup>3</sup> e Decreto Estadual nº 40.500/2007 cabe-nos prestar consultoria sob o aspecto estritamente jurídico, relativamente aos atos formulados pela própria Secretaria de Estado ou pelas entidades da Administração Indireta, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Assim sendo, a manifestação produzida pela ASJUR, em que pese ser de natureza obrigatória, não é vinculativa para o gestor, que pode dela discordar, devendo, para tanto, **apresentar as razões de fato e de direito que lhe deem sustentação**<sup>4</sup>.

Realizadas tais considerações, passa-se a análise solicitada.

## 3. Da análise da contratação

O texto constitucional<sup>5</sup> prevê a realização do procedimento licitatório como regra geral para a compra de bens e contratação de obras e serviços pela Administração Pública, sendo excepcional a contratação direta, limitando-se às hipóteses em que a competição, embora materialmente possível, não é exigida em razão de determinadas peculiaridades fáticas, ou em decorrência de outros princípios que regem a atividade administrativa.

Deve-se consignar que o fato da lei permitir que determinadas contratações dispensem a realização de prévia licitação, não equivale dizer que prescindam de prévio procedimento

---

<sup>1</sup> Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

<sup>2</sup> **Art. 2º** - A Procuradoria Geral do Estado tem autonomia administrativa e financeira, dispondo de dotação orçamentária própria. Suas atribuições são as previstas no artigo 176 e parágrafos da Constituição do Estado, competindo-lhe:

(...)

**IV** - o exercício de funções de consultoria jurídica da administração direta, no plano superior, inclusive no que respeita às decisões das questões interadministrativas, bem como emitir pareceres, normativos ou não, para fixar a interpretação governamental de leis ou atos administrativos;

<sup>3</sup> **Art. 2º Às Assessorias Jurídicas das Secretarias de Estado compete:**

**I – assessorar os titulares das pastas no controle interno da legalidade dos atos dos órgãos das Secretarias de Estado e dos entes da Administração Indireta;**

(...)

**VI – examinar e aprovar, previamente, observadas as minutas padronizadas pela Procuradoria-Geral do Estado, as minutas de editais de concurso público, de licitação, de contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive de natureza trabalhista;**

**VII – opinar, previamente, sobre os atos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação, ressalvados, a critério do administrador, os atos de dispensa em razão do valor.**

<sup>4</sup> PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. Da responsabilidade de agentes públicos e privados nos processos administrativos de licitação e contratação. 1ª ed. São Paulo: NDJ, 2012, pág. 138.

<sup>5</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

administrativo, no qual se assegure a observância aos princípios da legalidade e da isonomia, para a celebração do contrato administrativo.

**Dito isto, passa-se à análise do caso concreto.**

### **3.1. Da dispensa de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/20 e no Decreto Estadual nº 46.991/20**

A licitação dispensável, prevista no artigo, IV, 24 da Lei nº 8.666/93<sup>6</sup>, trata dos casos em que o procedimento é possível, mas não obrigatório em razão de emergência ou calamidade pública. Esse regramento, contudo, é insuficiente e inadequado – especialmente no cenário de crise atual – porque continua a incidir um modelo de contratação ineficiente.<sup>7</sup>

O presente caso, portanto, enquadra-se nos termos da Lei nº 13.979/20 (alterada pela Medida Provisória nº 926/20), cujo objetivo é estabelecer medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Dentre as diversas medidas, a referida lei determina o seguinte no artigo 4º, *caput* e §1º:

“Art. 4º - É **dispensável a licitação** para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º - A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é **temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.**”<sup>8</sup> (grifou-se)

Ainda que se trate de situação em que a licitação é dispensável, em respeito à moralidade e à probidade administrativa, faz-se necessária a instauração de processo administrativo, em que se assegurem os princípios da legalidade e moralidade.

Considerando o momento processual em que a presente análise é feita, consigna-se que o exame se debruçará sobre os atos até aqui praticados, com especial atenção aos requisitos listados nos artigos 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F E 4º-H, todos da Lei nº 13.979/20, e no Decreto estadual nº 46.991/20, ou seja: a) justificativa para a presumida situação de emergência; b) apresentação de termo de referência; c) razões de escolha do contratado; d) estimativa de preço; e) adequação orçamentária.

---

<sup>6</sup> Art. 24. É dispensável a licitação:  
(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

<sup>7</sup> JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, Location 1.067-3136.

<sup>8</sup> Em âmbito estadual aplica-se o Decreto nº 46.966/20.



### 3.1.1. Da análise jurídica posterior à contratação: aplicação do artigo 22, *caput* e §1º, da LINDB

A presente contratação fora celebrada antes da análise jurídica, em franca contrariedade ao que determina do artigo 38, VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93<sup>9</sup>, aplicável subsidiariamente às contratações submetidas à Lei nº 13.979/20<sup>10</sup>. Caso fosse adotada a legalidade estrita, poder-se-ia cogitar a nulidade do presente ajuste, justamente por não cumprir um requisito necessário para a maioria dos procedimentos de contratação.<sup>11</sup>

Porém, essa não parece ser a melhor posição.

Em que pese a obrigatoriedade do parecer, a ausência do controle preventivo configura mera irregularidade administrativa, que não importa necessariamente a nulidade do ajuste, sendo sanável, desde que não haja dano à atividade administrativa ou ao interesse público.<sup>12</sup>

Mas, ainda que haja vício grave no processo, é possível a convalidação<sup>13</sup> se se constatar que a invalidação trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme decisão plenamente motivada, nos termos do artigo 52, parágrafo único, III, da Lei estadual nº 5.427/09<sup>14</sup>. Afinal, quanto maior a urgência, mais flexíveis devem ser as exigências

---

<sup>9</sup> Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

<sup>10</sup> Assim também entende Marçal Justen Filho. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, location 713-3136)

<sup>11</sup> Nesse sentido: DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. *Direito administrativo*. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 512; e CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 30. ed. atual. De acordo com o Novo CPC e com a Lei nº 13.256, de 04.02.2016. São Paulo: Atlas, 2016. p. 143. Na mesma toada, em voto proferido no julgamento do Processo nº 011.135/20018 do Tribunal de Contas da União - TCU, o Ministro Relator entendeu que **a apresentação posterior do parecer jurídico não é capaz de sanar a irregularidade**. Isso porque, se acrescentada após a realização da contratação, a manifestação da assessoria não poderá servir de suporte à decisão do administrador, de forma que não cumprirá sua finalidade. Veja-se: “*Outra irregularidade que não foi elidida consiste na ausência do pronunciamento do órgão jurídico acerca da minuta do contrato, em contrariedade ao parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93. Como bem asseverou a analista da Secex/PE (fl. 516, vol. 8), a apresentação posterior do parecer jurídico (fls. 503/504, vol. 8) não sana a irregularidade, pois, se não constava anteriormente nos autos do processo licitatório, não poderia ter servido de suporte para a decisão do Administrador, não estando atendido, desse modo, o fim visado pela lei de licitações.*” (Acórdão nº 2004/2007, Plenário, Processo nº 011.135/20018, Relator Min. Benjamin Zymler).

<sup>12</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 689.

<sup>13</sup> Convalidação é o ato administrativo concreto que visa a conservar o ato inválido e/ou seus efeitos. O ato de convalidação somente será cabível se: (a) tiver como pressuposto objetivo (motivo) a existência de um ato administrativo inválido; (b) for possível produzir validamente na atualidade o ato inválido (porque já o seria na época em que foi editado); (c) houver a possibilidade de retroação (efeitos *ex tunc*). MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *A estabilidade do contrato administrativo à luz da segurança jurídica*. In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). *Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 545-586

<sup>14</sup> Art. 52. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Parágrafo único. Admite-se convalidação voluntária, em especial, nas seguintes hipóteses:

(...)

III. quando, independentemente do vício apurado, se constatar que a invalidação do ato trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme decisão plenamente motivada.

formais, sob pena de se sobrepor a forma ao fim ou, dito em outros termos, subjugar o valor constitucionalmente tutelado à forma.<sup>15</sup>

Tais premissas se encontram em perfeita sintonia com o artigo 22, *caput* e §1º, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB, que assim dispõe:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

Parece razoável, portanto, sustentar que a LINDB provê um argumento **consequencialista** para afastar a exigência referida. Essa situação precisará ser justificada à luz das circunstâncias do caso pelo gestor.<sup>16</sup> Isto foi feito nestes autos, através da justificativa de urgência extrema resultante da pandemia de Covid 19.

Sendo assim, passa-se à análise dos requisitos da contratação.

### 3.1.2. Da justificativa para a presumida situação de emergência

Para haver contratação direta por dispensa de licitação na Lei 13.979/20, é necessário que a alegada circunstância emergencial <sup>17</sup> fique demonstrada. A fim de facilitar a demonstração, a Lei 13.979/20 estabeleceu que para as contratações diretas com fundamento nela presumem-se<sup>18</sup> atendidas as condições de:

- I - ocorrência de situação de emergência;
- II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

<sup>15</sup> MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; GARCIA, Flávio Amaral. *Desastres naturais e as contratações emergenciais*. RDA – revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 265, p. 149-178, jan./abr. 2014.

<sup>16</sup> VITORELLI, Edilson. *A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a ampliação dos parâmetros de controle dos atos administrativos: um novo paradigma*. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 19, n. 78, p. 195-219, out./ dez. 2019.

<sup>17</sup> Segundo Antonio Carlos Cintra do Amaral, um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. (AMARAL, Antônio Carlos Cintra apud FIGUEIREDO, Lúcia Valle; FERRAZ, Sérgio. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação*. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 49)

<sup>18</sup> A presunção, baseada na verossimilhança, generaliza o que normalmente ocorre em certos casos, estendendo as consequências jurídicas de um fato conhecido a um desconhecido. Daí Brethe de la Gressaye e Laborde-Lacoste (*Introduction Générale à l'Étude du Droit*) dizerem que na presunção considera-se como verdadeiro o que é provável. (GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. 49ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 25). Além disso, a presunção que se estabelece ao artigo 4.º-B, I, II, III, da Lei 13.979/20, é absoluta, afastando a necessidade de comprovação. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, location 508-3136.)

A presunção absoluta, em relação aos três primeiros incisos, é pertinente, pois, segundo levantamento da universidade norte-americana Johns Hopkins para o COVID-19, foram identificados, globalmente, mais de 2 milhões de casos e centena de milhares de mortes.<sup>19</sup> E, segundo o Relatório de Situação da OMS para o COVID-19 nº 58, de 18.03.2020 (WHO, *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report – 58*), há avaliação de risco global muito alto.<sup>20</sup>

Logo, basta tão somente que o gestor justifique concretamente o vínculo de pertinência, direto ou indireto, do objeto da contratação e as condições prováveis indicadas pelo legislador, havendo presunção relativa<sup>21</sup> da necessidade do quantitativo de bens apontado no termo de referência nesse caso<sup>22</sup>.

Foi exatamente assim que procedeu a Subsecretaria Executiva (3995421). Veja:

“Conforme orientação e autorização do senhor Subsecretario desta Pasta. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavirus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, bem como demais atos relativos a situação em questão, encaminhamos o presente processo objetivando a adoção das medidas necessárias para as aquisições emergenciais, conforme descrição e quantitativos abaixo.

**MASCARA DE PROTEÇÃO N95 (95º) FFP2”**

### **3.1.3. Apresentação do termo de referência**

Segundo a legislação, o termo de referência é o documento que contém os elementos necessários, suficientes e adequadamente precisos para caracterizar o objeto da licitação e que permite a avaliação do custo e a definição dos métodos e do prazo de execução (artigo 6º, IX, Lei nº 8.666/93 e artigo 11, do Decreto Estadual nº 46.642/19).

Acontece que, diante da situação de emergenciais de saúde pública, a Lei nº 13.979/20 permitiu a apresentação de termo de referência simplificado, cujos elementos serão os seguintes: a) declaração do objeto; b) fundamentação simplificada da contratação; c) descrição resumida da solução apresentada; d) requisitos da contratação; e) critérios de medição e pagamento; f) estimativas dos preços obtido; e g) adequação orçamentária.<sup>23</sup>

<sup>19</sup> Mais informações em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 22:03/2020.

<sup>20</sup> Mais informações em: [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200318-sitrep-58-covid-19.pdf?sfvrsn=20876712\\_2](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200318-sitrep-58-covid-19.pdf?sfvrsn=20876712_2). Acesso em: 22:03/2020.

<sup>21</sup> A definição do quantitativo não é, como são as hipóteses dos três incisos anteriores, uma referência externa ao contrato e não-condicionada pela atividade do agente público. Ao contrário, haverá ato decisório do agente estipulando concretamente a dimensão do quantitativo, logo sujeito a controle da ocorrência de dolo. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, Location 1.067-3136)

<sup>22</sup> Decreto Estadual nº 46.991/20: Art. 2º - Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto neste Decreto, além das presunções estabelecidas no artigo 4º-B e 4º-E da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, presumir-se-á justificado o quantitativo descrito no Termo de Referência.

<sup>23</sup> Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá I - declaração do objeto;

Além disso, caso o bem ou serviço que se queira contratar se caracterize como comum<sup>24</sup>, o artigo 4º-C, da Lei 13.979/20<sup>25</sup>, dispensa a apresentação de estudo preliminar. Em paralelo, de acordo com o artigo 4º-D, da Lei 13.979/20<sup>26</sup>, o gerenciamento de riscos somente será exigido na gestão do contrato.

No caso dos autos, após a justificativa devidamente trazida aos autos para a contratação pretendida, foi elaborado o termo de referência pelo setor requisitante e firmado pelo então Superintendente de Logística, Suprimentos e Patrimônios.

Não obstante, **não há nos autos qualquer informação acerca da qualificação profissional do mencionado técnico – se pertinente ao tema, ou não -, inviabilizando a análise acerca da existência de vício. Assim, referida questão deverá ser melhor esclarecida.**

**Além disso, aponta-se a existência de contratação com o mesmo objeto no processo SEI-080001/007067/2020, por meio do contrato n° 023/2020 (4337836). É preciso esclarecer esse ponto, pois o fracionamento indevido ou sem justificativa pode acarretar custos com contratações com preços diferentes. Esse tema será melhor adiante.**

#### **3.1.4. Razões de escolha do contratado**

Para as hipóteses de contratação direta de bens e serviços, também deve ser apresentada justificativa fundamentada da escolha do fornecedor ou executante, a qual, conforme orientação do TCU<sup>27</sup>, sempre que possível, deverá ser feita com base em elementos que demonstrem que: a) o fornecedor possui capacidade técnica compatível com a complexidade e o porte do objeto a ser contratado<sup>28</sup> e atende aos requisitos relacionados a

---

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

a) Portal de Compras do Governo Federal;

b) pesquisa publicada em mídia especializada;

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

d) contratações similares de outros entes públicos; ou

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e

VII - adequação orçamentária.

<sup>24</sup> Consideram-se bens e serviços comuns, por definição legal, “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (artigo 1.º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002). Com efeito, na lição doutrinária de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se encontra disponível a qualquer tempo num mercado próprio e cujas características padronizadas são aptas a satisfazer as necessidades da Administração Pública”. JUSTEN FILHO, Marçal. *Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico*. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 37.

<sup>25</sup> Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.

<sup>26</sup> Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.

<sup>27</sup> Decisão 627/1999, Plenário.

<sup>28</sup> **Enunciado n.º 39 - PGE: Qualificação técnica do licitante**

1. As exigências de qualificação técnica têm por objetivo verificar, pela análise de sua experiência pretérita, se o licitante possui condições técnicas para executar a contento o objeto do certame, evitando que o Poder Público contrate com pessoas desqualificadas.

2. Tais exigências: (i) devem ser formuladas à luz do disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, limitando-se àquelas que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo artigo 30 da Lei n. 8.666/93; (ii) devem ser compatíveis com a complexidade do objeto licitado; (iii) exigem prévia motivação técnica quanto à sua necessidade, suficiência e

habilitação jurídica e a qualificação econômico-financeira<sup>29</sup>; b) encontra-se em situação de regularidade com a Seguridade Social.

Excepcionalmente, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço – que se estende à hipótese de prazo de entrega de material<sup>30</sup> –, o artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20<sup>31</sup>, dispensa a apresentação de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados os relativos à Seguridade Social e ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do artigo 7º da Constituição, cuja obrigatoriedade permanece.

Não consta nenhum documento de habilitação nos autos, especialmente os referentes à habilitação técnica, descritos no item 5 do termo de referência. É preciso que haja justificativa idônea para tanto, uma vez que a dispensa de documentos de habilitação somente é possível no caso de restrição de fornecedores, nos termos do artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20, e outros documentos, como dito, não podem ser dispensados.

### **3.1.5. Estimativa de preços**

Para os casos de dispensa de licitação é necessário, ainda, que haja justificativa de preço devidamente formalizada no respectivo procedimento, comprovando a adequação dos custos e conformidade dos valores praticados ao de mercado, evitando contratações desastrosas, não vantajosas ou inadequadas. A Administração tem o dever de buscar, sempre, a maior vantagem para o interesse público.<sup>32</sup>

No entanto, tratando-se de um período de excepcionalidade, diferentemente do Decreto nº 46.642/19 e do enunciado nº 02 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

---

pertinência dos parâmetros fixados, para não restringir a competitividade e assegurar a plena concorrência entre os participantes.

3. A qualificação técnica inclui tanto a capacidade técnico-operacional, que é relacionada à sociedade empresária, quanto a capacidade técnico-profissional, concernente a sua equipe técnica e/ou responsável técnico.

4. Um único atestado técnico é suficiente para a demonstração da experiência anterior do licitante em relação à execução do objeto licitado, sendo possível o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a sua capacidade técnica.

5. A capacidade técnico-operacional não deve ser aferida mediante o estabelecimento de percentuais mínimos que estejam acima de 50% em relação aos quantitativos dos itens de maior relevância.

6. A comprovação do desempenho anterior do profissional envolvido na contratação se dá por meio de atestado de capacidade técnica, na forma do artigo 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93.

7. A identificação e a especificação das atribuições a serem desempenhadas pela equipe técnica e/ou pelo profissional responsável pelo objeto da contratação devem estar previstas no edital e no contrato, em especial em se tratando de serviço técnico profissional especializado, ficando a contratada obrigada a garantir que os referidos integrantes executem pessoal e diretamente o objeto do contrato.

<sup>29</sup> **Enunciado n.º 18-PGE:** Além dos requisitos previstos no artigo 26, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, nas situações de contratação direta e indispensável: a) a manifestação das Assessorias Jurídicas, não exigível nas hipóteses do artigo 24, incisos I e II; e b) o atendimento dos requisitos de habilitação pelas empresas contratadas.

<sup>30</sup> Decreto Estadual nº 46.966/20: Art. 3º - A restrição de fornecedores ou prestadores de serviço referida no artigo 4º-F da Lei Federal nº 13.970, de 6 de fevereiro de 2020, também se estende ao prazo de entrega de material.

<sup>31</sup> Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do artigo 7º da Constituição.

<sup>32</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 288.

– TCE/RJ<sup>33</sup>, o artigo 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20 estabelece a possibilidade de a estimativa dos preços se dar por meio de, no mínimo, uma das seguintes fontes:

- a) Portal de Compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores;

A despeito da possibilidade, é dever do gestor, sempre que possível, obter 3 (três) fontes de referência, nos termos do artigo 1º, §2º, do Decreto Estadual nº 46.966/20<sup>34</sup>. Caso a estimativa indique que os preços superam as oscilações ocasionadas pela variação de preços, não haverá impedimento à contratação, mas demandará justificativa do gestor.<sup>35</sup> **E, ao particular, o ônus de comprovar, ainda que posteriormente (visto que, nesse momento excepcional, o atendimento à população não pode ser obstado), que os preços ofertados à Administração são compatíveis com os praticados no mercado<sup>36</sup>, vedando-se a majoração sem justa causa<sup>37</sup>.**

Mesmo se tratando de um período de emergência, **exige-se a estimativa de preços**. Apenas em última hipótese, e desde que haja justificativa específica, será dispensada a citada estimativa.<sup>38</sup>

No caso em exame, o requisitante dispensou a estimativa de preços, no item XI do Termo de Referência, sob a seguinte justificativa:

“Em que pese, o art. 4º do inciso VI da Lei 13.979/2020, versar sobre como deve ser constituída a estimativa de preços, o §2º do mesmo artigo dispensa por excepcionalidade a estimativa preços mediante justificativa da autoridade competente, tendo em vista a necessidade de enfrentamento emergencial que o caso requer, sendo um procedimento compulsório neste quadro atípico, AUTORIZO início dos procedimentos sem a pesquisa de mercado.”

Acontece que a mera repetição ou citação do texto normativo não pode ser considerada como justificativa apta a excepcionar a estimativa de preços. O legislador não estabeleceu

<sup>33</sup> Enunciado nº 2 do TCE: As pesquisas de mercado realizadas previamente às contratações no âmbito da Administração Pública não devem se limitar a cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, devendo obedecer aos critérios de amplitude e diversificação, de maneira a possibilitar o acesso a fontes de pesquisa variadas e a obtenção das melhores condições de preço, respeitadas as limitações decorrentes da especificidade do objeto contratual.

<sup>34</sup> Art. 1º (...) §2º - A estimativa de preços de que trata o artigo 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, deverá ser obtida, sempre que possível, mediante 3 (três) fontes de referência.

<sup>35</sup> Art. 4º-E, §3º, da Lei nº 13.979/20.

<sup>36</sup> Item 6.3 da Nota Técnica nº 01, de 27 de março de 2020, do TCE-RJ.

<sup>37</sup> **Lei Estadual nº 8.769/2020: Art. 1º** Fica vedada a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços, durante o período em que estiver em vigor o Plano de Contingência do Novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.

§ 1º Para os fins da definição de majoração de preços de que trata o caput deste artigo deverão ser considerados os preços praticados em 01 de março de 2020.

§ 2º A proibição de que trata o caput deste artigo se aplica aos fornecedores de bens e serviços nos termos do artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor.

<sup>38</sup> Art. 4º-E, 2º, da Lei nº 13.979/20.

presunções quanto às oscilações de preços ou restrição de mercado. Por causa disso, deveria haver a demonstração fática, e não apenas escrita, da impossibilidade de buscar preços.

Por conta dessa autorização, a Coordenação de Compras afirmou que encaminhou o Termo de Referência para empresas do ramo, tendo apenas 01 (uma) apresentada proposta (4038992). **Todavia, não é possível localizar remessa de e-mails (ou qualquer outro tipo de registro específico - não genérico) com pedido de cotação para quaisquer outros fornecedores. Também não se consultaram outras fontes de pesquisa, como bancos de preços públicos, a exemplo do SIGA e do ComprasNet.**

**Cabe ressaltar que em 27/03/2020, no bojo do SEI-080001/007067/2020, que possui objeto idêntico ao que ora se analisa, foram encontrados 3 (três) preços (3951967). Por outro lado, a pesquisa realizada neste processo, foi feita em 01/04/2020. Daí se conclui que a consulta ao mercado não foi feita de maneira zelosa.**

Apesar de não se aplicar aqui o requisito da ampla pesquisa de preços (Lei 13.979/2020), percebe-se que não é razoável a adoção do referido procedimento na estimativa de valores.

Em síntese: embora não se possa afirmar *a priori* que os preços praticados sejam abusivos, o que extrapolaria o âmbito de atribuição da Subsecretaria Jurídica, o referido procedimento traz dúvida razoável sobre a aptidão das referidas empresas em contribuir adequadamente para a formação do preço de mercado do bem contratado, **sendo certo que o volume e valor dos contratos, a natureza dos bens envolvidos, bem como a atual circunstância de escassez de recursos, recomendariam a realização de um procedimento mais cuidadoso.**

Esse não é um vício apenas desse processo emergencial, mas de tantos outros, tendo levado o i. Procurador Geral do Estado (4237971), após acolhimento da Promoção Conjunta BBS/CCF/MFC/PE nº 01/2020 (4238621), a recomendar:

c) Em relação às **estimativas de preços**, recomenda-se:

c.1) primeiramente, **a revisão de todos os processos de contratação direta da Covid-19, com o fim de realizar, naqueles em que ela não tiver se verificado, efetiva estimativa de preços com base no artigo 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979/2020 e no artigo 1º, § 2º, do Decreto n. 49.991/2020**, ou, em caso de impossibilidade, a apresentação justificativa circunstanciada de sua dispensa;

c.2) realizada a estimativa de preços e **constatada a celebração de contrato por valores superiores ao estimado, deve o gestor verificar se a diferença decorre de oscilações ocasionadas pela variação de preços**, hipótese em que, mediante circunstanciada justificativa da vantajosidade da manutenção, **poderá ser convalidada a contratação**, nos termos do artigo 4º-E, §3º, da Lei Federal nº 13.979/2020 e do artigo 52 da Lei estadual 5.427/09;

c.3) na hipótese de **constatação de sobrepreço**, ressalvada a hipótese de manutenção da contratação referida no item 'c.2' acima, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, inclusive mediante **glosa/retenção cautelar de pagamentos vincendos ou pendentes, ou, em caso de prévio exaurimento do contrato, suscitar o ajuizamento de medida judicial à Procuradoria Geral do Estado para o ressarcimento**. Nos contratos de execução diferida, deve o gestor avaliar a vantajosidade de se manter a contratação, sobretudo à luz do princípio da continuidade dos serviços públicos. Caso pretenda manter a avença, deverá questionar ao particular contratado se ele concorda com a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao preço obtido na estimativa de preços, devendo abarcar, inclusive, o ressarcimento de valores em excesso já recebidos. Em caso positivo, poderá ser celebrado termo aditivo para convalidação do contrato, consoante artigo 52 da Lei estadual 5.427/09. Caso o gestor não considere vantajosa a manutenção do contrato ou o particular não concorde com a readequação do preço, deve o gestor instaurar processo administrativo em contraditório para fins de decretação de nulidade da contratação..<sup>39</sup>

Por essa razão, salvo a existência de justificativa, deve ser realizada nova estimativa, nos termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso se constatem oscilações pela variação de preços, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3.

#### **3.1.5.1. Da existência de contratações simultâneas com o mesmo objeto e preços diferentes**

Como dito, existe outra contratação com o mesmo objeto no processo SEI-080001/007067/2020, por meio do contrato nº 023/2020 (4337836), com a empresa SYSGRAPHIC COMERCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS GRÁFICOS LTDA. Nesse processo, a menor proposta foi ofertada pela referida empresa. Veja:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	SYSGRAPHIC		STATUS		IMPERIAL	
			VALOR TOTAL UNITÁRIO	TOTAL	VALOR TOTAL UNITÁRIO	TOTAL	VALOR TOTAL UNITÁRIO	TOTAL
1	Máscara N95	150.000	R\$ 19,00	R\$ 2.850.000,00	R\$ 20,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 22,00	R\$ 3.300.000,00

<sup>39</sup> Processo - [SEI-140001/008049/2020](#)



Acontece que, no presente processo, a contratada para o fornecimento dos mesmos medicamentos foi a empresa MEDICAL HEALTH COMERCIO SERVIÇOS E IMPORTAÇÃO EIRELI, que foi a única a apresentar cotação. Veja:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	LEXMED	
			VALOR TOTAL UNITÁRIO	TOTAL
1	Máscara N95	100.000	R\$ 26,00	R\$ 2.600.000,00

**Veja que o valor unitário da presente contratação é bem menor do que qualquer um dos preços coletados no processo SEI-080001/007067/2020. Diante da notória diferença dos preços unitários, é preciso que: i) o setor requisitante (Subsecretaria Executiva e Superintendência Logística Suprimento e Patrimônio) esclareça por qual motivo foram abertos dois processos de contratação para o mesmo objeto; i) o setor responsável pela pesquisa de preços justifique por qual motivo os preços coletados em uma pesquisa não servem de parâmetro para a outra, o que poderia justificar uma contratação com um preço menor<sup>40</sup>**

A depender da consistência das manifestações, deve-se apurar administrativamente tais fatos em sindicância, comprovando o dolo ou erro grosseiro dos agentes, nos termos do art. 1º, I, c/c art. 2º, da Medida Provisória nº 966/2020.<sup>41</sup>

### **3.1.6. Da adequação orçamentária**

De acordo com o artigo 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20<sup>42</sup>, as despesas decorrentes da contratação que se pretende efetivar devem ser precedidas da competente adequação orçamentária<sup>43</sup>, o que foi providenciado pelo setor competente (4049397).

<sup>40</sup> É bom lembrar que o Banco de Preços em Saúde (BPS) é válido como referencial de preços de mercado na aquisição de medicamentos, diferentemente da tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), uma vez que os preços da Cmed são referenciais máximos que a lei permite a um fabricante de medicamento vender o seu produto, o que não se confunde com os preços praticados no mercado TCU. Acórdão 10531/2018 - Primeira Câmara. Rel. Min. Benjamin Zymler. Sessão: 04/09/2018.

<sup>41</sup> Art. 1º Os agentes públicos somente poderão ser responsabilizados nas esferas civil e administrativa se agirem ou se omitirem com dolo ou erro grosseiro pela prática de atos relacionados, direta ou indiretamente, com as medidas de:

I - enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da covid-19

Art. 2º Para fins do disposto nesta Medida Provisória, considera-se erro grosseiro o erro manifesto, evidente e inescusável praticado com culpa grave, caracterizado por ação ou omissão com elevado grau de negligência, imprudência ou imperícia.

<sup>42</sup> Art. 14 (...) § 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá (...)

VII - adequação orçamentária.

<sup>43</sup> É bom ressaltar que o plenário do STF referendou a liminar proferida no bojo da ADI 6357 para conceder INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, aos artigos 14, 16, 17 e 24 da Lei de

#### 4. Da análise da minuta

O instrumento contratual é documento obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites daquelas duas modalidades de licitação. Nos demais casos é facultada à Administração sua substituição por outros instrumentos hábeis, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos termos do artigo 62, da Lei 8.666/93, aplicável às contratações regidas pela Lei 13.979/20.

No caso em análise, em que pese a obrigatoriedade do instrumento contratual, na medida em que o ajuste tem por objeto a aquisição de material de consumo pelo valor indicado acima. É imprescindível que tão omissão seja sanada e que o instrumento contratual seja anexado ao processo eletrônico.

Adiantam-se, desde já, as seguintes recomendações, podendo-se recorrer, se necessário, a alterações na minuta por meio de termo aditivo:

- A **cláusula segunda** deve estar em conformidade com a minuta-padrão da PGE:

##### “CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O contrato terá prazo de duração de (até seis meses), contados a partir de dd/mm/aaaa, e poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso cesse a situação de emergência de saúde pública durante a vigência deste contrato, é facultado à CONTRATANTE resilir unilateralmente o contrato.”

- Havendo redução do percentual de garantia, lembra-se que a nota explicativa nº 12 e 12-A da minuta-padrão de compras elaborada pela d. Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro – PGE/RJ<sup>44</sup>, que vincula e orienta a presente Assessoria, nos termos do Decreto nº 40.500/07<sup>45</sup>, estabelece a necessidade de justificativa da autoridade competente.

---

Responsabilidade Fiscal e 114, caput, in fine e § 14, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2020, para, durante a emergência em Saúde Pública de importância nacional e o estado de calamidade pública decorrente de COVID-19, afastar a exigência de demonstração de adequação e compensação orçamentárias em relação à criação/expansão de programas públicos destinados ao enfrentamento do contexto de calamidade gerado pela disseminação de COVID-19. STF. ADI 6357 MC/ DF, Relator(a): Min. Alexandre de Moraes. Julgado em: 13.05.2020. Julgamento: 29/03/2020

<sup>44</sup> 12) A garantia **poderá ser dispensada**, e a cláusula suprimida, a critério e com justificativa específica da Autoridade Competente (artigo 56, caput da Lei nº 8.666/93).

12.1) **Poderá ser adotado percentual de até 5%** (cinco por cento), na forma do artigo 56, §2º da Lei nº 8.666/93, a critério e com justificativa específica da autoridade competente.

<sup>45</sup> **Art. 1º** - Art. 1º - O Sistema Jurídico do Estado do Rio de Janeiro, sob coordenação da Procuradoria Geral do Estado, é integrado pelos seguintes órgãos:

I - ÓRGÃO CENTRAL: Procuradoria Geral do Estado

II - ÓRGÃOS LOCAIS: Assessorias Jurídicas dos órgãos integrantes da Administração Direta

III - ÓRGÃOS SETORIAIS: Assessorias Jurídicas das entidades integrantes da Administração Indireta

- Em relação a **cláusula décima primeira**, que trata da alteração contratual, lembra-se que ela deve prever a possibilidade de acréscimo ou supressão em até 50% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da minuta-padrão da d. PGE:

“O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Nota Explicativa: Se, diante do caso concreto, o gestor decidir pela aplicação do previsto no art. 4º-I, da Lei no. 13.979/2020, deve-se incluir o seguinte dispositivo:

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato..”

- A redação da **cláusula décima terceira** deve estar adequada à minuta padrão da PGE-RJ, recentemente alterada pelo Of.PGE/PG15/CCAPSJ SEI Nº09;
- A redação da **cláusula décima sétima**, que versa sobre a publicação, deve ter a seguinte redação:

#### DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato os seus dados serão imediatamente disponibilizados em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome da CONTRATADA, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

### 5. Das medidas juridicamente possíveis para os vícios no procedimento e eventuais inadimplências do contratado

A Subsecretaria Executiva encaminhou os autos para, além da análise da viabilidade jurídica da contratação, esclarecer aos seguintes pontos: 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças; 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?; 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?; 4) No caso dos vícios apontados (“*red flags*” e indicadores) é possível sua convalidação?; 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar? 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?; 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível

---

**Art. 3º** - Compete à Procuradoria Geral do Estado, no exercício do controle e supervisão dos órgãos setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

(...)

III - elaborar minutas padronizadas de editais de licitação e de contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive os de natureza trabalhista;

**Art. 4º** - Compete aos órgãos locais e setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

I - observar a orientação técnico-jurídica fixada pela Procuradoria Geral do Estado, cumprindo a todas as suas determinações e recomendações;

aplicação do sancionamento? 8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?

### **5.1. Da validade, vigência e eficácia dos contratos firmados**

O contrato é válido a partir do momento que foi assinado pelas partes em conformidade com a ordem jurídica. É vigente a partir do momento em que pode começar a produzir efeitos. E é eficaz desde que produza os seus efeitos.<sup>46</sup> Com base em tais premissas, o artigo 26, *caput*, da Lei 8.666/93<sup>47</sup> estabelece que a eficácia dos contratos fica condicionada à publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade na imprensa oficial, no prazo de cinco dias contados de sua ratificação pela autoridade superior.

Ocorre que não pode ser aplicado o artigo 26 da Lei nº 8.666/1993 às contratações regidas pela Lei Federal nº 13.979/2020. E não pode, porque os §2º do artigo 4º, da Lei 13.979/2020<sup>48</sup>, diferentemente da Lei nº 8.666/93, não condicionou a eficácia do ato à prévia publicação. Manteve, assim, a linha lógica e coerente de suas disposições: celeridade, definição do essencial e pontos de controle. O controle social continuará tendo na publicidade um dos instrumentos necessários à efetividade.<sup>49</sup>

Por esse motivo, a vigência e a eficácia do contrato administrativo começam a partir do momento em que se tornou válido, ou seja, da sua assinatura, desde que não haja fixação de maneira diversa no instrumento. E a publicidade, nesse caso, serve apenas para o efetivo controle social, não sendo condição suspensiva como é na Lei 8.666/93.

Eventual ausência de assinatura de uma das partes do contrato e/ou publicação, não descaracterizam a validade do ajuste, bastando que se corrijam tais nos termos do artigo 52, *caput* da Lei 5.427/09<sup>50</sup>, isto é, assinando o contrato e publicando-o imediatamente na forma §2º do artigo 4º, da Lei 13.979/2020.

### **5.2. Da (ausência de) discricionariedade na aplicação das sanções e na dosimetria das sanções**

---

<sup>46</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 1183 p.

<sup>47</sup> Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do artigo 17 e no inciso III e seguintes do artigo 24, as situações de inexigibilidade referidas no artigo 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do artigo 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

<sup>48</sup> Art. 4º (...) § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

<sup>49</sup> FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby; FERNANDES, Murilo Jacoby; TEIXEIRA, Paulo Roberto; TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Direito Provisório e A Emergência do Coronavírus*. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 67.

<sup>50</sup> Art. 52. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

A Administração Pública e o contratado devem cumprir à risca as suas obrigações, o que é fundamental para a eficiência do contrato. Nesse sentido, o inciso III do artigo 58 da Lei nº 8.666/93<sup>51</sup> outorga à Administração a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos. A rigor jurídico, não se trata de mera prerrogativa, como se fosse uma espécie de faculdade. A Administração tem o **poder-dever** de fiscalizar a execução dos contratos.<sup>52</sup> Caso constatada a inadimplência do contratado após a fiscalização, exsurge a o poder-dever de a Administração aplicar as sanções pertinentes ao caso concreto, mediante contraditório prévio, com fundamento nos artigos 58, inciso IV, e 87 da Lei nº 8.666/93.<sup>53</sup>

Portanto, apesar das divergências, não há que se falar em existência de discricionariedade em imposição de sanção administrativa<sup>54</sup>, entretanto, há discricionariedade do administrador na dosimetria da pena, ou seja, em definir o quão grave será a conduta do contratado.<sup>55</sup>

Tal liberdade de valoração não é plena, pois deve obedecer ao prévio e efetivo contraditório, à proporcionalidade na aplicação das sanções<sup>56</sup> e a dosimetria estabelecida §2º

---

<sup>51</sup> Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

(...)

III - fiscalizar-lhes a execução;

<sup>52</sup> NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação Pública e Contrato Administrativo: Coleção Fórum Menezes Niebuhr*. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 892.

<sup>53</sup> Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

IV - **aplicar sanções** motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes **sanções**:

I - advertência;

II - **multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato**;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

<sup>54</sup> A primeira posição entende que a Administração possui discricionariedade para imposição de sanções aos contratados, não havendo que se falar em tipicidade dos ilícitos contratuais (CRETELLA JÚNIOR, José. Das licitações públicas. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 386 e 399). A segunda posição entende que é da natureza das penalidades administrativas, entre as quais inclui as contratuais, “o *abrandamento do rigor na tipificação da conduta que gera o juízo*

*de reprovação*”, logo a Administração dispõe de espaço discricionário para dosar a penalidade apropriada, desde que cumprido o devido processo legal (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 5. ed. Renovar: Rio de Janeiro, 2002, p. 788). A terceira posição frisa pela total ausência de discricionariedade administrativa para imposição de penalidades aos contratados e exige que a tipificação de infrações contratuais seja feita mediante lei (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 882). A quarta posição é no sentido que as sanções administrativas podem ser aplicadas por “infringência de norma da Administração estabelecida em lei (em sentido geral, compreendendo também o regulamento, os cadernos de encargos etc.) ou no próprio contrato”, de maneira que, embora resguardar-se a discricionariedade administrativa, exige-se a tipicidade como requisito para a imposição da sanção. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 229).

<sup>55</sup> GUTIERREZ, Raul Ciampolini. *Discricionariedade na aplicação de sanção administrativa*. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública – RBEFP, Belo Horizonte, ano 5, n. 13, p. 75-94, jan./abr. 2016.

<sup>56</sup> Logo, para **pequenas infrações** que não tenham causado qualquer dano, a Administração deve aplicar a pena de advertência; para a eventualidade de reincidência no cometimento de pequenas infrações, e para as hipóteses de **infrações mais graves**, mas que não justifiquem a rescisão do contrato, a pena indicada é a **multa**. Quando houver violação de cláusula do contrato que justifique sua rescisão, deve ser aplicada a **pena de suspensão temporária**. Em hipótese de fraude praticada pelo contratado, deve ser aplicada a pena mais rigorosa, a **declaração de inidoneidade**. Observa-se que a aplicação das duas últimas penas – suspensão temporária e declaração de inidoneidade – **podem ser acumuladas com a aplicação de multa**, nos termos do §2º do artigo 87, Lei 8.666/93.

do artigo 22, da LINDB.<sup>57</sup> Nesse último caso, a boa-fé do contratado funciona como um redutor parcial da discricionariedade.<sup>58</sup>

### 5.3. Da manutenção ou extinção dos ajustes

A regra é que as avenças continuem até o seu fim, afinal o contrato administrativo visa ao interesse público. Ainda que haja vício, a primeira alternativa é tentar saná-los. Apenas se houver descumprimento grave a ponto de colocar em risco os direitos fundamentais e as necessidades administrativas é que deve ser rescindido o ajuste<sup>59</sup>, nos termos do artigo 77 e 78 da Lei 8.666/93.<sup>60</sup> Essa avaliação, frise-se, cabe ao gestor.

Por outro lado, a par da inexecução contratual, admite-se a extinção do ajuste por meio de rescisão amigável<sup>61</sup> (tecnicamente conhecida como resilição ou distrato<sup>62</sup>), que: (i) não é cabível quando configurada outra hipótese que daria ensejo à rescisão; (ii) somente pode ocorrer quando for conveniente para a Administração; e (iii) não pode, jamais, resultar em prejuízo para o contratante.<sup>63-64</sup> A fixação de tais requisitos serve como limitação da discricionariedade administrativa para a extinção da relação contratual, razão pela qual deve ser observada.

Em ambas hipóteses, deve-se cumprir o artigo 79, § 1º, da Lei 8.666/93.<sup>65</sup>

---

FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de licitações e contratos administrativos*. 6. ed. rev. atual. e ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2015. Pág. 519

<sup>57</sup> Art. 22. (...)

§ 2º. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. (grifou-se)

<sup>58</sup> A boa-fé do cidadão perante o direito e a administração pública é capaz de lhe gerar benefícios igualmente em matéria sancionatória. Em outras palavras, o particular que comete infração do direito administrativo (por exemplo, infração administrativa sanitária, ambiental, concorrencial etc.) poderá se beneficiar de uma redução da sanção caso tenha agido de boa-fé, ou seja, caso a violação por ele operada tenha ocorrido sem o intuito de cometer a infração no caso concreto. Note-se, contudo, que essa hipótese não representa um caso de redução integral da discricionariedade administrativa, senão mera redução parcial. MARRARA, Thiago. A boa-fé do administrado e do administrador como fator limitativo da discricionariedade administrativa. – RDA – Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 259, p. 207-247, jan./abr. 2012

<sup>59</sup> A rescisão, por outro lado, tem cabimento quando o fim do contrato decorre de **descumprimento ou inadimplemento contratual**. Segundo o i. jurista Flávio Amaral Garcia, a rescisão ocorre quando há o inadimplemento de uma das partes, sendo certo que somente a Administração pode rescindir o contrato unilateralmente. GARCIA, Flávio Amaral. *Licitações e Contratos Administrativos - Casos Polêmicos*. 4ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 383.

<sup>60</sup> Essa possibilidade legal, entretanto, deve ser encarada com a máxima cautela, porquanto não está dando “carta branca” ao administrador público para rescindir qualquer acordo que não esteja sendo executado nas condições preestabelecidas, derivando, isto sim, de uma avaliação séria, cuja conclusão desemboque na certeza do risco ao interesse público. BITTENCOUR, Sidney. *Licitação Passo a Passo: Comentando Todos Os Artigos da Lei Nº 8.666/93 Totalmente Atualizada*. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 634.

<sup>61</sup> Esta hipótese tem previsão expressa no artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

<sup>62</sup> A resilição, distrato ou rescisão amigável é o desfazimento do contrato por simples manifestação de vontade, ou seja, “ocorre quando as partes simplesmente não mais desejam prosseguir no contrato”. FALCÃO, Joaquim; GUERRA, Sérgio; ALMEIDA, Rafael; VIANNA, Rodrigo. *Direito administrativo contratual*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 150. v. 2.

<sup>63</sup> TCU. Processo TC no 008.937/2016-8. Acórdão no 2.612/2016 – Plenário. Relator: ministro Benjamin Zymler.

<sup>64</sup> Este entendimento, aliás, é corroborado pela Nota 1 constante na minuta-padrão de distrato editada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), a qual salienta que “o instrumento em questão só pode ser firmado se todas as obrigações da contratada tiverem sido, até então, plenamente executadas.”

<sup>65</sup> Art. 79 (...) § 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

## **6. Conclusão**

Em face do exposto, na forma do artigo 2º, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.414/2009, opina-se nos seguintes termos:

1. Apesar de o termo de referência ter sido elaborado pela Superintendência de Logística, recomenda-se o esclarecimento quanto qualificação profissional do técnico que o assina; caso este não tenha qualificação profissional pertinente ao tema, recomenda-se a correção desse vício com a assinatura de técnico que o tenha.
2. Não consta nenhum documento de habilitação nos autos, especialmente os referentes à habilitação técnica, descritos no item 5 do termo de referência. É preciso que haja justificativa idônea para tanto, uma vez que a dispensa de documentos de habilitação somente é possível no caso de restrição de fornecedores, nos termos do artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20, e outros documentos, como dito, não podem ser dispensados.
3. Deve ser realizada nova pesquisa para estimativa de preços, termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso se constate oscilações, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3;
4. Diante da notória diferença dos preços unitários em comparação com contratação do mesmo objeto, é preciso que: i) o setor requisitante (Subsecretaria Executiva e Superintendência Logística Suprimento e Patrimônio) esclareça por qual motivo foram abertos dois processos de contratação para o mesmo objeto; i) o setor responsável pela pesquisa esclareça justifique por qual motivo os preços coletados em uma pesquisa não servem de parâmetro para outra, o que poderia justificar uma contratação com um preço menor;
5. A depender da consistência das manifestações do item anterior, deve-se apurar administrativamente tais fatos em sindicância, comprovando o dolo ou erro grosseiro dos agentes, nos termos do art. 1º, I, c/c art. 2º da Medida Provisória nº 966/2020;
6. Promovam-se as alterações no contrato nos termos do item 4 do presente parecer;

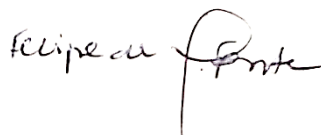
7. Faz-se necessário justificar a redução da garantia prevista na cláusula décima do contrato, em respeito à nota explicativa nº 12 e 12-A da minuta-padrão de compras elaborada pela d. Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro – PGE/RJ;
8. Atenda-se o artigo 4º, §§1º e 2º, da Lei nº 13.979/20<sup>66</sup>, que determina a temporariedade da dispensa de licitação enquanto perdurar a emergência de saúde pública e o dever de publicar no sítio oficial específicos os dados fixados;
9. Em resposta à consulta da Subsecretaria Executiva, sugere-se a observância das recomendações traçadas no item 5 do presente parecer;
10. Em paralelo, encaminhe-se o presente processo administrativo Subsecretaria de Controle interno e *Compliance* da Secretaria Estadual de Saúde;

**É o parecer.**

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2020.



**DANIELLE TUFANI ALONSO**  
Procuradora do Estado do Rio de Janeiro  
Assessora-Chefe da Secretaria de Estado de  
Saúde  
ID Funcional nº 42666112



**FELIPE DE MELO FONTE**  
Procurador do Estado do Rio de Janeiro  
Subsecretário Jurídico da Secretaria de  
Estado de Saúde  
ID Funcional nº 4334827-0

---

<sup>66</sup> Art 4º (...)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do artigo 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.





Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Orçamentos e Finanças / SES

Trata-se de aquisição de Máscara N95 para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19.

Considerando e-mail encaminhado no dia 06 de abril de 2020 pela empresa contratada **MEDICAL HEALTH COMERCIO E SERVICO LTDA-EPP (4578947)**, informando que "*devido às instabilidades do fornecimento devido à alta demanda, não conseguiremos atender esta solicitação*", encaminhamos o presente processo para que seja informado se ocorreu pagamento para referida empresa.

Após análise de pagamento, solicito o retorno do administrativo para que esta Subsecretaria submeta os autos para ASJUR, para emissão de parecer quanto ao cancelamento dos procedimentos administrativos realizado.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2020

**LUIS AUGUSTO DAMASCENO MELO**

Subsecretário Executivo

Id Funcional: 564859-9



Documento assinado eletronicamente por **Luis Augusto Damasceno Melo, Assessor Chefe**, em 22/05/2020, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4813948** e o código CRC **E37DAD95**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4813948

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142

Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Saúde  
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva/SES

Considerando que não foi identificado o pagamento da despesa, retornamos o presente conforme solicitado.

Ania Monteiro Domingos  
ajudante I/SUPOF  
ID 5014370-0

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Ania Monteiro Domingos, Ajudante**, em 28/05/2020, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **4996946** e o código CRC **7949980B**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007272/2020

SEI nº 4996946

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142  
Telefone: - [www.saude.rj.gov.br](http://www.saude.rj.gov.br)